



Sobre Schumpeter: Da metafísica da economia à economia da metafísica - Parte 1

Luiz Hebeche¹

Resumo

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, deter-nos-emos na exposição de alguns dos conceitos centrais da teoria econômica de Schumpeter. Na segunda parte, que é o cerne da nossa abordagem, tentaremos uma recepção desse autor mostrando o caráter da sua crítica à metafísica, mas também nos apropriando de sua noção de brecha ou destruição criativa à medida que ela fornece precisamente um modo de pensar pós-metafísico.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Fluxo circular. Novas combinações. Destruição criativa. Crédito. Capital. Lucro empresarial. Juro sobre o capital.

Sobre Schumpeter: De la metafísica de la economía a la economía de la metafísica

Resumen

Este artículo está dividido en dos partes. En la primera, nos detendremos en la exposición de algunos de los conceptos centrales de la teoría económica de Schumpeter. En la segunda parte, que es el centro de nuestro abordaje, intentaremos una recepción de este autor mostrando el carácter de su crítica a la metafísica, pero también apropiando-nos de su noción de brecha o destrucción creativa a la medida que ella fornece precisamente un modo de pensar pós-metafísico.

Palabras clave: Desarrollo económico. Flujo circular. Nuevas combinaciones. Destrucción creativa. Crédito. Capital. Ganancias empresariales. Interés sobre el capital.

About Schumpeter: From metaphysics of the economy to the economy of the metaphysics

Summary: This article is divided in two parts. In the first one, I analyze some of the key concepts of Schumpeter's economic theory. In the second part, which is the core of my approach, I introduce an interpretation of his critique of metaphysics and try to employ his notion of creative destruction or gap as a post-metaphysical way of thinking.

Key-words: Economic development. Circular flow. New combinations. Creative destruction. Credit. Capital. Entrepreneurial profit. Interest on capital.

¹ Professor do Departamento de Filosofia, UFSC.

“A inovação é arriscada, impossível para a maioria dos produtores.”²

O desenvolvimento econômico, para Schumpeter, baseia-se na noção de destruição criativa que, a nosso ver, pode também ser entendida como criação destrutiva. Ambas, porém, se confundem na brecha, a instância em que se dá a abertura para o novo, que é, aliás, como veremos, a sua grande dica para o pensamento filosófico. Em *Teoria do desenvolvimento econômico*, tal qual a maioria dos economistas, Schumpeter reconhece que o desenvolvimento do capitalismo é, necessariamente, feito de ciclos de *boom* e depressão e que, portanto, desenvolvimento é a superação de crises cíclicas. Essas crises, no entanto, envolvem também experiência e aprendizado, pois, nelas, as velhas corporações fabris, bancárias, comerciais e os latifúndios não são apenas colocados em questão, mas em ruína ou, no mínimo, em perspectiva de desaparecimento. Isso, aliás, pode ser encontrado na ascensão e queda das famílias burguesas: pai que fica rico, filho que desfruta e neto que empobrece. Se por um lado é certo que a aparente solidez das antigas empresas durante sua vida útil deve-se a terem adquirido confiabilidade e reconhecimento e terem travado relações com governos e instituições creditícias, elas também funcionam como um obstáculo ao desenvolvimento que basicamente está assentado em novas combinações e inovações. Ora, obviamente é nos períodos de *booms* que a economia capitalista é enriquecida pelas novas combinações. Essa economia, porém, não pode ser dissociada das suas crises. Schumpeter reconhece que numa economia mercantil há um aspecto positivo nas crises, sem as quais, aliás, sequer se poderia falar em desenvolvimento econômico. Ou seja, o ciclo de crescimento e depressão é da essência mesma do capitalismo. Essas depressões só começam a ser superadas quando os preços das mercadorias passam a compensar os custos da produção. Embora ele reconheça que nas economias socialistas planejadas o núcleo dirigente funcione como o promotor de novas combinações e, portanto, do desenvolvimento, sua atenção recai sobre o capitalismo e, ao contrário dos teóricos estatizantes e os que se deixam dominar pelo pânico das ruínas, falências, desemprego, etc., dos períodos de crise, a sua conclusão irônica é a de que é mais fácil imaginar o fim das crises do que o fim do capitalismo, ou seja, o fim das crises seria, na verdade, a morte do capitalismo. O capitalismo moderno institui-se nas suas crises e alimenta-se delas simplesmente porque em seu cerne estão a instabilidade e a perturbação e, por isso mesmo, o desenvolvimento está associado à constante busca pelas condições de equilíbrio.

² Schumpeter, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural. 1982, p. 90. Abreviado: TDE. *The theory of economic development*. New York: Oxford University Press, 1961. Abreviado: TED.

Com isso, já se pode entender que uma teoria do desenvolvimento econômico capitalista, ao fim e ao cabo, é também uma “teoria das crises”. E existem várias. Schumpeter, porém, apressa-se em reconhecer que está longe de dar o tratamento exaustivo que o tema merece. A primeira edição alemã de TDE é de 1911 e o livro foi revisado em 1926 (daí seus comentários sobre o socialismo). As objeções a sua “teoria das crises” foram de vários tipos, que vão desde a noção de “psicologia das crises”, que o economista logo rejeita por não explicar a verdadeira causa do ciclo econômico. Outra objeção, mais consistente, aliás, foi a de Loewe, de que a TDE não explica a periodicidade das crises, que Schumpeter rejeita porque entende que sua teoria explica precisamente que “todo o *boom* é seguido por uma depressão e toda a depressão por um *boom*” (TDE, p. 142). Obviamente, aqui ele não está sozinho. Acompanha Spiethoff que, por sua vez, segue Juglar, o qual defende que as situações alternantes datam do início do moderno capitalismo na Inglaterra nos anos 1820 e na Alemanha nos 1840 e que, desde então, o consumo de ferro era uma medida dessas situações. Mais explicitamente, no entanto, o *boom* começa efetivamente quando se investe mais capital ou se cria poder de compra e que isso tem como efeito a produção de plantas industriais, de fábricas, minas, navios, ferrovias, etc. Essa causa, isto é, o investimento de capital, porém, não é algo que se estende uniformemente no tempo, mas, como situação alternante, ocorre maciçamente por intervalos. E é nisso que consiste o *boom*. A pergunta, então, é: Qual a diferença entre esses autores? A diferença, segundo Schumpeter, está na explicação da circunstância que corta o *boom* e gera a depressão.

O desenvolvimento econômico não é algo como o crescimento ininterrupto de uma árvore. Ele está vinculado às crises que, aliás, lhe são essenciais. A periodicidade dessas crises, porém, não pode ser definida; o máximo que se pode conhecer é o aglomerado de fenômenos que as constituem. Ora, se a crise é depressão isso significa que, antes de tudo, o sistema econômico precisa se reanimar antes de um novo círculo virtuoso. Esse ciclo virtuoso, no entanto, já nada mais tem a ver com o antigo. Não se pode voltar exatamente à situação pré-crise. Surgem agora novos atores e novas técnicas que praticamente enterram as anteriores. Quando se fala em “crise”, porém, não se está tratando de fenômenos comuns que as determinam como tais? Não poderiam, aliás, ser reduzidas a um único fenômeno? Essa posição espalha-se desde os leigos aos economistas e cientistas sociais. Aqui Schumpeter é incisivo, isto é, entende que há muitas causas das crises, mas que o único elemento comum a todas elas é a que são eventos que fazem deter o desenvolvimento econômico precedente.

Ora, as crises econômicas tampouco têm causas puramente econômicas. Obviamente que o economista restringe sua atuação a esse plano, embora apenas ele, muitas vezes, não

baste. Ou seja, há causas internas, mas também muitas externas que paralisam a atividade produtiva. Seja como for, as crises são perturbações que fazem parte da vida prática. Sendo assim, então crises não são meramente negativas, elas fazem parte da vida das instituições e corporações. Desse modo, segundo Schumpeter, “uma crise seria então simplesmente o processo pelo qual a vida econômica se adapta a novas condições” (TDE, p. 145).

É claro que o desenvolvimento está sujeito a imprevistos que, a rigor, estão longe de explicações meramente econômicas, como más colheitas, conflitos políticos, decisões governamentais, como uma súbita abolição de tarifas protecionistas e até mesmo as guerras, que não são acontecimentos fenômenos com que se ocupa. As guerras, portanto, são “desastrosos acidentes”. Ele pretende então deter-se no essencial do ciclo econômico.

E assim, desbastando os elementos secundários (as disputas políticas, circunstâncias internas e externas, e até a intervenção dos Bancos Centrais), Schumpeter procura deter-se no que há de específico em seu argumento da inovação. A inovação é perturbação. Ora, instabilidade e perturbação, para Schumpeter, é a introdução do novo ao lado do antigo, o que essencialmente torna-se plausível pela inovação técnica. A inovação aqui é algo que não se restringe à comunidade de pesquisadores, mas a alteração de bens que chegam ao mercado e se tornam parte da vida dos consumidores. Essa é a tarefa do empresário. É ele, aliás, o verdadeiro inovador na disputa com outros empresários. Daí o famoso dito: “Em geral não é o dono das diligências que constrói estradas de ferro” (TDE, p. 49). As estradas de ferro não eliminaram de pronto as diligências, mas foram tornando-as não apenas inviáveis economicamente como as levaram a cair fora do gosto e da preferência dos consumidores, assim como o celular veio a substituir o telefone fixo, etc.

O que Schumpeter procura introduzir aí, porém, é seu argumento principal, de que o crescimento é basicamente feito de inovações ou de novas combinações. Ou seja, a essência da sociedade industrial moderna (capitalista e comunista) é feita de destruição criativa. Para uma melhor compreensão desse fenômeno crucial teremos de voltar ao pilar do qual ele partiu: a noção de fluxo circular.

O fluxo circular: Terra e trabalho

“Não há outras fontes de recurso além do trabalho e da terra.”
Schumpeter

Uma citação de Mandeville feita por Keynes para marcar sua oposição à ideologia da

poupança mostra como o ponto de partida de Schumpeter já estava delineado na tradição dos economistas que, todavia, não haviam se deparado com os problemas ambientais. É a passagem na qual Mandeville afirma:

A grande arte para tornar uma nação feliz, e o que chamamos florescente, consiste em dar a cada um a oportunidade de estar empregado; e, para isso alcançar, o primeiro cuidado de um governo deve promover toda a espécie de Manufaturas, Artes e Ofícios que a criatividade humana possa inventar; o segundo, estimular a Agricultura e a Pesca em todos os seus ramos, a fim de que a Terra inteira seja, como o Homem, levada a contribuir. É por esta política, e não pela fútil regulamentação da Prodigalidade e da Frugalidade, que se pode esperar a grandeza e a felicidade das Nações, porque suba ou desça o valor do Ouro e da Prata, a satisfação de todas as Sociedades sempre dependerá dos Frutos da Terra e do Trabalho dos Homens; coisas que, juntas, compõem um Tesouro mais firme, mais inexaurível e mais real que o Ouro do Brasil ou a Prata de Potosí.³

Retirando o destaque conferido por Keynes à ação governamental, o que nos interessa aqui é a forte crença que se estende pelos economistas dessa época no caráter inesgotável do trabalho humano e dos recursos da terra. A crença em uma terra inexaurível é básica na concepção de mundo de Schumpeter. Ou seja, até antes da Segunda Guerra Mundial ele sequer desconfiava de que assim como as minas de ouro e prata brasileiras e bolivianas, também a terra poderia se exaurir. Ele parte, porém, de dois conceitos, um tirado dos fisiocratas, a renda da terra, outro dos clássicos, o trabalho, e os reúne no que entende como fato econômico, isto é, como a produção de bens. E, como já destacamos, o que interessa aqui são as causas desses fatos. A ciência econômica é, então, a explicação causal desses fatos. A explicação, entretanto, resulta das experiências da produção e do consumo. A imagem da produção agrícola se impõe aqui, pois ela depende da mudança das estações, do plantio e da colheita, ou seja, os fatos econômicos são objeto de uma ciência porque tanto a indústria quanto a agricultura formam ciclos precisos. Daí a noção de fluxo circular dos períodos econômicos, quer dizer, o mecanismo da troca econômica opera com grande precisão. Ora, essa noção significa que os agentes econômicos são regidos pelos “grilhões de ferro” dos ciclos passados, isto é, mesmo que os métodos de produção se modifiquem a experiência adquirida ainda continua tendo seus efeitos pelo conjunto da sociedade. Schumpeter, portanto, entende que entregue a si mesmo, o sistema econômico não se modifica por iniciativa própria, mas – e aqui seguindo os autores como Wieser – ele segue o princípio da continuidade. Na suas palavras: “Do fato de que todos os bens encontram um mercado, segue-se novamente

³ Keynes, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 245.

que o fluxo circular da vida econômica é fechado, em outras palavras, que os vendedores de todas as mercadorias aparecem novamente como compradores em medida suficiente para adquirir os bens que manterão seu consumo e seu equipamento produtivo no período econômico seguinte e no nível obtido até então, e vice-versa” (TDE, p. 12).

Ou seja, sem que haja continuidade é impossível formular uma teoria econômica. E seja qual for o motivo que se aluda – hedonistas, espirituais, etc. A atividade econômica visa principalmente à satisfação de necessidades. Isso significa, contudo, que a produção depende das propriedades físicas dos objetos e dos processos naturais, o que, porém, não quer dizer simplesmente, como entende John Era, que a atividade econômica resulta da observação dos processos naturais e do tirar o máximo deles, isto é, de uma visão excessivamente contemplativa, pois, a rigor, o homem econômico é basicamente produtivo, ele cria, portanto, coisas úteis e objetos de consumo. Ora, esse princípio aplica-se tanto à economia mercantil quanto à não mercantil, pois tanto o homem primitivo como aquele regido pela economia de trocas têm como objetivo primeiro satisfazer suas necessidades.

Na economia de trocas, porém, muito mais acentuadamente que na estática, está presente o fator tecnológico, e isso a tal ponto que o sistema econômico tradicional entra em choque com novos modos de produção. Seja como for, porém, esse choque é passageiro, pois num determinado momento o sistema volta ao equilíbrio ou o método de produção curva-se diante da adequação econômica. Isso significa também que todo ato de produção incorpora uma combinação que não existia antes. Com isso, fica claro que a tecnologia depende do processo econômico e que é este que determina que tipos de bens fossem necessários. Daí que “A lógica econômica prevalece sobre a tecnológica” (TDE, p. 16). Schumpeter, contudo, está já chamando a atenção para a disparidade entre os meios de produção e o estágio da produção, pois mesmo que “o ótimo econômico e o perfeito tecnologicamente não precisem divergir, no entanto, o fazem com freqüência, não apenas por causa da ignorância e da indolência, mas porque métodos que são tecnologicamente inferiores ainda podem ser os que melhor se ajustam às condições econômicas dadas” (TDE, p. 16). Mesmo o avanço das ferrovias não significou o fim imediato das diligências. E mesmo hoje em dia continuam existindo na produção de energia elétrica as hidrelétricas, termoelétricas, nucleares, eólicas, etc., isto é, combinações de forças produtivas que competem entre si, mas que, ao fim e ao cabo, servem ao sistema produtivo em geral. Esses exemplos reforçam a presença dos processos naturais, mas aqueles que operam essas máquinas, ou seja, os que trabalham, também seriam forças naturais? Um corpo humano também não seria um produto tal como a energia elétrica? O trabalho não seria também um produto? Sobre isso Schumpeter afirma: “É em geral uma

questão de interpretação conceber um bem como um produto ou como um meio. O trabalho, por exemplo, é passível de ser visto como o produto dos bens consumidos pelo trabalhador ou como um meio original de produção. Decidimos pela última alternativa: a nosso ver o trabalho não é um produto” (TDE, p. 17). Com essa “decisão”, porém, Schumpeter não deixa de reconhecer aqui esse “ponto de vista”, pois uma doméstica, por exemplo, é um bem de consumo para o patrão e este o sustento dela, o que realça a noção de que um bem de consumo para uma pessoa pode ser meio de produção para outra, e que, portanto, o que decide aqui é o uso que se faz do conceito de trabalho. Se é possível classificar os bens por ordens, isto é, bens de primeira, segunda, terceira ordem, etc., então, por exemplo, o pão seria um bem de primeira ordem, mas ele não é algo isolado, porque depende do padeiro, do vendedor e do entregador. Isso significa que todas as ordens envolvem o trabalho, ou seja, o trabalho é um bem de mais alta ordem, pois ele não só está presente desde o início ao fim da produção como também participa de toda a rede de combinações. Isso significa igualmente que sem o trabalho não se pode extrair os frutos da terra, mas que sem esta tampouco haveria trabalho. Portanto, na mais alta hierarquia dos bens está o trabalho e a terra. Os bens de consumo, por conseguinte, são, em última instância, modificações que envolvem esses bens mais importantes. Seguindo de perto Mandeville, Adam Smith e Marx, Schumpeter afirma:

Assim sendo, se subimos na hierarquia dos bens chegamos finalmente aos que são, para os nossos objetivos, os últimos elementos da produção. Não é necessária maior argumentação para dizer que estes últimos elementos são o trabalho e as dádivas da natureza ou “terra”, os serviços do trabalho e da terra. Todos os outros bens “consistem” pelo menos em um destes e a maioria em ambos. Podemos converter todos os bens em “terra e trabalho”, no sentido de que podemos conceber todos os bens como feixes dos serviços do trabalho e da terra (TDE, p. 18).

Ora, nesse sentido terra e trabalho são também bens de consumo, até porque ambos são consumidos; os bens de consumo podem ser convertidos em terra e trabalho tanto quanto estes podem ser convertidos em bens de consumo, desde que, obviamente, como fatores produtivos eles sejam tomados como meios de produção produzidos e, mesmo assim, não podem ser concebidos em separado. Se isso é assim, como ambos estão relacionados? Pode haver prioridade de um em relação ao outro? Estão eles simplesmente um diante do outro? Schumpeter procura evitar aqui uma abordagem filosófica universal atendo-se apenas ao propósito singular do sistema econômico. Idealismo ou realismo? Materialismo ou pragmatismo? Essas questões não têm, por ora, lugar aqui. Sem atentar para as bases metafísicas da sua doutrina, Schumpeter procura, então, encontrar uma resposta que se

mantenha restrita apenas ao âmbito da doutrina econômica, o que, aliás, já se encontra na história da economia, como foi o caso dos fisiocratas.

Os fisiocratas responderam que antes de tudo está a terra, pois sem esta nada existe. Ou seja, o trabalho não é exercitado no inefável e, a rigor, não pode criar nenhuma matéria física nova. Nesse sentido, eles estavam certos.

Tampouco deixaram de estar certos, porém, Adam Smith, Ricardo e a maior parte dos economistas clássicos, para os quais antes de tudo está o trabalho. Para Schumpeter, todavia, há uma terceira posição que afirma que nenhuma dessas concepções tem prioridade, pois ambas são indispensáveis à produção e pela mesma razão.

No entanto, a noção descartada de que possam terra e trabalho estar um diante do outro remete a uma outra questão, a saber, se uma tem precedência em relação ao outro ou se têm papéis essencialmente diferentes. Autores como Effertz atribuem um papel ativo ao trabalho e passivo à terra, isto é, o trabalho é o que dá vida à produção enquanto a terra é apenas o cenário objetivado na qual se manifesta aquele. Não há nada de novo aí, contudo, que, aliás, pelo lado do avanço técnico dificilmente pode ser aceito, pois conforme a técnica altera-se o modo de encarar a terra. Sem contar que se pode economizar tanto o trabalho quanto a terra, ou seja, o trabalho e a terra podem ser avaliados economicamente, por exemplo, em termos de custo e preço. Por isso, Schumpeter, colocando-se ao lado dos teóricos da utilidade marginal, toma a terra e o trabalho em termos de igualdade, e, por isso mesmo, detém-se mais extensamente nesse assunto, pois o conceito de trabalho é diverso, isto é, pode ser entendido como trabalho intelectual e manual, qualificado e não qualificado, etc.

É a distinção entre trabalho dirigente e dirigido, no entanto, que interessa aqui, pois o trabalho dirigido ou executor está mais ou menos no mesmo nível da terra, isto é, o trabalho dirigente é feito sobre ele; o dirigente, aliás, é sempre algo criativo. O trabalho autônomo, por sua vez, assemelha-se ao trabalho dirigente pelo seu aspecto criativo, mas também se parece ao trabalho assalariado. Enfim, o trabalho que dirige é, mais do que os outros, envolvido na prática de tomar decisões, isto é, o diretor de uma empresa ou de um órgão qualquer está sempre tomando decisões de maior vulto. As decisões econômicas, porém, são tomadas tendo em vista a produção e o consumo, ou melhor, visam a atender basicamente o consumidor; por isso, este é o verdadeiro líder, isto é, os serviços do trabalho e da terra visam a atender às necessidades de consumo da população. A satisfação dessas necessidades permite que se meça a utilidade marginal do trabalho e simultaneamente a sua desutilidade. Ou seja, para o trabalhador, dependendo do país, chega um momento em que a utilidade crescente e a inutilidade decrescente se equilibram. Claro que isso tende a ocorrer numa época sem crise e

pleno emprego. O importante, para Schumpeter, é mais uma vez assegurar que o trabalho e a terra são forças produtivas. Uma cascata geradora de energia, a casa do camponês como lugar para reposição de suas forças, a paisagem como terra explorada e transformada, etc., não há aqui mais lugar para romantismos. A satisfação das necessidades, porém, é feita gerando bens de consumo. Para Schumpeter, como para Mill e os economistas da sua época, os serviços da terra e do trabalho são incomensuráveis e indeterminados, e isso porque são infundáveis. O aumento da satisfação é, então, atendido com o aumento da produção.

O que, porém, se produz senão bens e, portanto, valores? Aqui Schumpeter, seguindo os clássicos, distingue entre valor de uso de bens de consumo que se converteram em “empiricamente familiares” e o valor dos bens de produção, ou seja, o valor de rendimento ou o valor de produtividade. Só há valor de uso porque ele sai de um fundo produtivo, mas só se produz porque se consome. Algo só tem valor, no entanto, porque pode ser medido, ou seja, o valor é resultado dos serviços do trabalho e da terra, que, aliás, também têm de ser traduzidos em medidas de produtividade e, por conseguinte, em salário, renda e preços. Essa unidade de medida, porém, depende das condições de trabalho e também do lugar onde é executado, numa floresta, no deserto, em terrenos férteis, etc. Aqui se faz presente um teorema que, para Schumpeter, dificilmente pode ser contestado: “Também nesse sentido dizemos que os preços dos serviços da terra e do trabalho numa economia de trocas, ou seja, a renda e os salários são determinados pela produtividade marginal da terra e do trabalho e, portanto, que sob a livre concorrência o senhor da terra e o trabalhador recebem o produto dos seus meios de produção” (TDE, p. 23).

Como já alertamos, por mais que o ciclo econômico esteja bem engrenado e equilibrado, especialmente numa economia de trocas e de concorrência, não há como escapar dos “atos de escolha”. Atos de escolha, porém, vinculam-se ao caráter decisivo da utilidade que se distingue das atividades determinadas. Ou seja, a escolha de um bem não é totalmente aleatória, pois depende da divisão de todas as utilidades empregadas no sistema produtivo. A escolha de um bem ocorre como uma utilidade marginal numa escala determinada de outros bens. A escolha de certo bem, porém, envolve custos, o que significa gastos e, portanto, um sacrifício. Estamos aqui longe de uma escolha ao modo kantiano e puramente formal, mas também distantes de uma concepção hedonista e meramente pragmática do agir. Schumpeter, aliás, professa um otimismo sem hedonismo, pois a produção lida sempre com as necessidades não satisfeitas e, portanto, as decisões produtivas estão sempre em luta com elas e quanto mais um produtor leva sua produção adiante, mais aguda torna-se essa luta, ou seja, quanto mais a intensidade de um desejo é saciada “menor é a intensidade do desejo por mais

satisfação desse tipo e por isso menor é o incremento da satisfação alcançado com a produção adicional.” Manter-se, então, à tona não é tarefa fácil, pois esse desafio envolve os dilemas das decisões, os riscos e os custos. Schumpeter destaca que custos são fenômenos do valor e, seguindo os clássicos, assegura que este envolve o trabalho, isto é, de que não há como evitar o suor desgastante do esforço. Ele afirma: “O gasto nos meios de produção envolve um sacrifício, tanto no caso do trabalho, como no de outros meios de produção. Sem dúvida, no caso de trabalho há também outra condição que deve ser preenchida, a saber, que todo o dispêndio de trabalho deve resultar numa utilidade que ao menos compense a desutilidade vinculada a esse dispêndio de trabalho” (TDE, p. 25). Obviamente que a desutilidade acaba sempre sendo preenchida pela utilidade e, portanto, que o dispêndio de trabalho acaba por ser compensado, mas tal compensação resulta da habilidade do produtor, daí que o importante é, então, destacar que na essência do processo de produção está o sacrifício do produtor e não a satisfação do consumidor. Ora, esse é, aliás, o centro da destruição/criativa. Destruição é basicamente o sacrifício que opera em todo o trabalho criativo que visa à satisfação dos desejos, tarefa infinita, pois no modelo de produção moderno a margem da utilidade nunca será suprimida, mas cada vez mais ampliada. É claro que meios de produção e seus produtos têm um limite, isto é, há uma lei que trata dos rendimentos decrescentes, pois determinados produtos simplesmente auferem lucros cada vez menores até desaparecerem. Ela se distingue, porém, da noção de produtos físicos decrescentes, como o esgotamento de matérias primas, do solo, etc., no entanto, a produção tende sempre para um equilíbrio econômico. Voltaremos a esse tema quando nos ocuparmos mais detidamente da noção de criação/destruição; por ora fiquemos no fluxo circular que, aliás, é a chave do equilíbrio que se mantém por longos períodos.

Quando se fala em “produção”, ao fim e ao cabo, está se tratando dos seus elementos básicos: os serviços do trabalho e da terra. Esses serviços são a base de todo valor. Acima deles não há valor. Esses meios de produção – trabalho e terra –, no entanto, são componentes básicos, numa economia de trocas, de um processo de valorização mais complexo. Ou seja, os preços dos produtos aos quais, aliás, estão incorporados os serviços essenciais dependem também da livre-concorrência. A complexidade da concorrência numa economia de troca significa que os preços são repassados de um produto para outro de tal modo que em última instância eles recaem sobre os serviços da terra e do trabalho. Daí a natureza circular da produção. Ora, isso quer dizer que se o preço final de um produto é igual aos serviços de terra e trabalho, então não haveria lucro. Aqui, por conseguinte, surge um paradoxo: “Então os custos são em sua essência os totais dos preços dos serviços do trabalho e da natureza. E esses

totais de preços devem sempre se igualar às receitas obtidas pelos produtos. Nessa medida, portanto, a produção deve fluir essencialmente sem lucro. É um paradoxo que o sistema econômico, em sua situação mais perfeita, deva operar sem lucro” (TDE, p. 26). Ora, isso significa que numa situação perfeita se produziria sem resultado, o que é inaceitável num sistema econômico que visa ao lucro. Schumpeter, porém, reconhece que esse paradoxo nunca poderá ser totalmente eliminado, isto é, de que os resultados da produção fluem sempre para os fatores produtivos originais. E assim tem de aceitar que o paradoxo só pode ser resolvido em parte, ou seja, que há uma imperfeição no seio da perfeição, pois, sem citar a noção do mais-valor de Marx, ele entende obviamente que os produtores recebem mais do que os salários pelo seu trabalho e pela renda da terra, ou seja, há sempre um lucro como expressão de um excedente sobre os custos. Por isso Schumpeter vê-se obrigado a reconhecer que o paradoxo resolve-se apenas parcialmente, o que significa que permanece sendo um paradoxo. A meia-solução, porém, é a verdadeira solução da economia de trocas que, nos termos schumpeterianos, só existe por meio dessa imperfeição. Como que reconhecendo isso ele observa: “Assim como o valor é um sintoma da nossa pobreza, o lucro é um sintoma de nossa imperfeição.” Se tudo, aliás, fosse perfeito, não se precisaria falar de desenvolvimento econômico. A economia de trocas é focada em atender os desejos e necessidades do consumidor; e, para isso, o produtor, para seguir adiante em seu ofício, deve satisfazer à necessidade de lucrar em seus negócios.

A imperfeição, porém, revela a impossibilidade, no sistema de trocas, de algo como um lucro puro, isto é, de que haveria lucro independentemente dos serviços básicos. Schumpeter, portanto, insere-se aqui na herança ricardiana do trabalho, que entende que os custos dos bens basicamente são expressão do trabalho que os produziu. Ora, isso quer dizer que a medida dos custos pode ser expressa nos termos dos salários. A noção de lucro puro é, então, uma abstração. O lucro puro não pode existir simplesmente porque o valor e o preço dos serviços do trabalho e da terra sempre absorverão o valor e o preço do produto. Isto é, no final das contas os preços dos produtos têm de ser exatamente os mesmos dos custos dos serviços do trabalho e da terra. Esse balanço tem de fechar, porém, como destacamos, sem a imperfeição não há desenvolvimento econômico. A ideia de imperfeição, porém, carrega junto a de perfeição e Schumpeter, deixando de lado os dois primeiros capítulos de *Princípios de economia política e tributação*, de Ricardo⁴, reconhece aqui mais diretamente a influência de Böhm-Bawerk ao afirmar:

⁴ Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação*. In: Os economistas. Trad. Paulo Henrique Sandroni, São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 43-73.

De fato foi Böhm-Bawerk o primeiro que disse expressamente que todo o valor do produto deve, em princípio, ser dividido entre trabalho e terra, se o processo de produção desenrolar-se com perfeição ideal. Isso naturalmente requer que todo o sistema econômico esteja adaptado com precisão à produção empreendida e que todos os valores estejam ajustados apropriadamente aos dados; que todos os esquemas econômicos funcionem juntos harmoniosamente e que nada perturbe sua execução. Duas circunstâncias, todavia, assim prossegue Böhm-Bawerk, perturbam constantemente o equilíbrio entre os valores do produto e dos meios de produção. A primeira é conhecida com o nome de fricção. Por milhares de razões o sistema econômico não funciona com muita presteza. O erro, o contratempo, a indolência e coisas semelhantes, como sabemos, tornam-se fonte contínua de perda, mas também de lucro” (TDE, p. 27).

Com isso, Schumpeter já começa a reconhecer que o fluxo circular só efetivamente “flui” pela imperfeição, isto é, a fricção provocada pelo erro e o contratempo. Schumpeter, como vimos, não pode abrir mão completamente do paradoxo do produzir sem lucro sem ter de jogar fora sua noção de fluxo circular. Ele, então, navega entre a Cila ideal de uma economia perfeita e, portanto, sem lucro, e a Caribde real da imperfeição econômica geradora de lucros. Schumpeter, porém, tem de aceitar que sem estabilidade não há desenvolvimento econômico, mas, e principalmente, que sem a fricção da inovação tampouco, ou seja, ao entender que tudo se ergue do sacrifício do trabalho e da terra, ele precisa reconhecer que na perfeição não há necessidade de sacrifício. Ao contrário, o sacrifício é o esforço em sair da imperfeição corrigindo e aperfeiçoando os meios de produção e, por conseguinte, ele envolve a experiência do erro e da decepção o que, aliás, também pode ser entendido como a experiência de correr riscos, que vão desde as intempéries ao fracasso comercial. Os riscos imprevistos podem ser positivos ou negativos. Correr riscos, portanto, pode resultar em grandes lucros ou grandes perdas. Os riscos, porém, promovem alterações no comportamento habitual dos agentes econômicos, levando-os muitas vezes a passar pelas dificuldades das novas adaptações.

Há, no entanto, como destacou ainda Böhm-Bawerk, outra dificuldade que obstaculiza que o valor de um produto expresse com exatidão os serviços do trabalho e da natureza, e este fator é o tempo envolvido na produção. Desconsidera-se aqui o modo primitivo de produção, quando se colhe frutas, se caça ou se pesca para simplesmente manter a vida. Numa economia de trocas “os meios de produção não são meramente bens de consumo em potencial, mas se distinguem desses últimos por uma nova característica essencial, a distância no tempo que os separa dos bens capazes de ser consumidos. Os meios de produção são bens de consumo futuros e assim valem menos do que os bens de consumo presentes. O seu valor não exaure o

valor do produto” (TDE, p. 28). Essa posição, porém, é contestada por Schumpeter, pois só as crianças e os homens primitivos optam pela satisfação imediata dos seus desejos. Já um homem experiente vai considerar que vai viver muito e que, portanto, não pode dispensar os bens futuros para usufruir os bens presentes, e isso vale para o modelo econômico das trocas. Ou seja, crianças e primitivos só conhecem a produção imediata, mas o homem sábio tem o tempo como um auxiliar em que pode equilibrar as satisfações presentes com as satisfações futuras, isto é, de que os bens que consome hoje também sejam os bens que consumirá no futuro. Com isso, Schumpeter chama a atenção para o fato de que o que será consumido no futuro não vale menos do que o que é consumido no presente. Nessa concepção não haveria como subestimar os produtos futuros. Ora, não aparece aqui o fenômeno da abstinência ou da poupança? Para que hipoteticamente o pensionista tenha no futuro os mesmos bens que tem hoje não estaria ele se abstendo e, portanto, poupando? Por ora, Schumpeter deixou de lado a taxa de juros, mas o que entende ele por poupança e qual é a relação desta com o fluxo circular? Como sabemos, nos anos 30 do século 20 Keynes fez um ataque virulento à ideologia da poupança. E Schumpeter tampouco deixou esse assunto por muito menos. O livro de Schumpeter é anterior ao de Keynes, mas sua compreensão da noção de abstinência é parecida. Ou seja, mais uma vez, partindo a Böhm-Bawerk, ele reconhece que esse fenômeno é muito mais complexo do que aparenta ser e precisa de uma análise mais profunda, isto é, precisa-se saber se para a criação do aparato produtivo é, antes, necessário, poupança e abstinência. Haveria, então, no fluxo circular, um momento de espera, um hiato, a expectativa de acúmulo de capital a partir do qual o processo de produção continuasse funcionando? Não haveria, nesse caso, uma interrupção do fluxo? Não estaria a poupança situada antes do fluxo? Mas como haveria poupança se não houvesse fluxo circular? E então: como sair-se-ia do compasso de espera situar-se no fluxo circular produtivo? Ora, para Schumpeter essa “espera” é desnecessária, pois

No fluxo circular normal não é preciso resistir periodicamente à tentação da produção imediata, pelo fato de que quem sucumbisse estaria pior **imediatamente**. Portanto, não pode entrar em questão a abstinência, no sentido de não-consumo das fontes de rendimentos, porque, pelas nossas pressuposições, não há outras fontes de recursos além do trabalho e da terra. Será que, por fim, o elemento abstinência não poderia exercer um papel no fluxo circular normal porque, se é necessário à criação inicial do aparato produtivo, deve ser posteriormente pago a partir da produção regular? Em primeiro lugar ficará claro ao longo da nossa investigação que a abstinência tem apenas um papel muito secundário na provisão dos fatores necessários, que, falando concretamente, a introdução de novos métodos de produção não requer no total nenhuma acumulação prévia

de bens. E, em segundo lugar, considerar a abstinência como um elemento independente dos custos acarreta nesse caso contar duas vezes o mesmo item, como mostrou Böhm-Bawerk. Qualquer que seja a natureza da espera, ela certamente não é um elemento do processo econômico de que estamos tratando aqui, porque o fluxo circular, uma vez estabelecido, não deixa defasagens entre o dispêndio ou o esforço produtivo e a satisfação das necessidades. Ambos, seguindo a expressão conclusiva do professor Clark, são automaticamente sincronizados (TDE, p. 31).

Essa passagem não só mostra neste ponto a aproximação de Schumpeter com o Keynes dos anos pós-1929, como também revela com mais precisão a relevância da noção dinâmica de fluxo circular, isto é, de que a economia é basicamente uma práxis que envolve trabalho e terra, homem e natureza, pois bens são feitos de matérias-primas e de trabalho, isto é, são valores. Aliás, o fluxo circular é uma espécie de gigantesca correia de transmissão que relaciona e envolve bens e valores entre si. Os consumidores individuais fazem parte desse conjunto de valores e, mesmo tendo uma consciência restrita desse fenômeno, não deixam de nele estar inseridos, isto é, de terem sua vida, suas escolhas, suas visões de mundo, suas preferências, sonhos, pesadelos, fetiches, etc., orientados por ele. Sua consciência, portanto, não é do tipo transcendental e *a priori*, ao contrário, é uma experiência adquirida pelo longo trato com o modo de produção e de consumo desses bens e valores que, aliás, apesar das crises ocasionais, mostra uma estabilidade notável. Daí que essa estabilidade se parece, por vezes, com as paisagens geológicas, montanhas, lagos e mares que permanecerão até o fim dos tempos. Ora, “Essa estabilidade é indispensável para o comportamento econômico dos indivíduos. Na prática eles não poderiam, na grande maioria dos casos, fazer o trabalho mental necessário para criar de novo essa experiência” (TDE, p. 32). Com isso, o fluxo circular não tem solução de continuidade, repouso e abstinência, mas sua operacionalidade não é desregada, destituída de um mínimo de estabilidade. Obviamente que só há desenvolvimento econômico quando se alteram as condições de produção e de consumo por meio da ação criativa do empresariado, como veremos. Por ora, porém, Schumpeter tem de relevar que sem estabilidade no fluxo, isto é, sem a circularidade entre a produção e o consumo, e seus vínculos com o trabalho e a terra, não haveria, a rigor, atividade econômica, nem numa economia de trocas nem numa economia dirigida por um governo central. Não há criação de novas combinações ou novos bens sem considerá-los nesse movimento circular como medida de todos os valores. Embora a criação de novos bens também leve a novos parâmetros, estes sempre estarão vinculados às novas utilidades de consumo a que passam a servir os bens, os trens criam novos valores de uso em relação aos das carroças, etc.

A mudança da experiência da carroça para a do trem, contudo, significou

simplesmente uma adaptação a novas condições, isto é, revelou uma alteração na forma externa do fluxo circular. Schumpeter, por conseguinte, não abre mão de entender o fluxo circular numa economia de trocas, isto é, de que a produção sai dos serviços básicos e, por isso mesmo, não deixa de ser sua expressão, por mais elaborada que seja. Mesmo o âmbito virtual faz parte do circuito que surge da terra e do trabalho e que, por isso mesmo, a ele retorna. Embora, mais adiante, Schumpeter desenvolva a noção de criação-destrutiva e dará um papel central e decisivo ao empresário, aqui, para sustentar que tudo se assenta na venda dos serviços da terra e da venda do serviço do trabalho, isto é, do proprietário e do trabalhador, ele tem de insistir na noção de que cada período econômico não só envolve a produção e o consumo nacional, como estão vinculados um ao outro, isto é, os bens de um período antecedente de algum modo ainda continuam fluindo no período posterior. Aliás, é essa sucessão que permite falar ou não de desenvolvimento e de ciclos econômicos. Há, portanto, uma sucessão de ciclos, isto é, o fluxo circular assume formas distintas à medida que mudam as condições de produção e consumo. Essa noção de mudança, no entanto, pode levar a ilusões, pois numa economia de trocas tanto os trabalhadores quanto os proprietários de terra trocam seus serviços por bens presentes e não futuros, isto é, a para garantir que o fluxo circular feche-se sobre si mesmo, e mais uma vez rejeitar a ideologia da poupança, Schumpeter, assegura que esses serviços são originariamente trocados por bens presentes e não promessa de futuro. Esse argumento implica que no fluxo circular não há espaço para crédito, taxa de juros e sequer existe espaço para estoques de bens, aliás, aqui a noção de “estoque” é uma abstração da produção, isto é, de que o que há é uma corrente de bens sendo continuamente renovada. O círculo do fluxo, para ter validade, deve fechar-se em si mesmo, ou seja, os bens consumidos são os que resultam do trabalho e da terra. E, com isso, mais uma vez conclui-se que o pressuposto central e, portanto, único, que dirige a vida econômica, está na troca entre o trabalho e a terra e os bens de consumo. Os bens de consumo requisitam os serviços do trabalho e da terra, e estes, por sua vez, suprem as necessidades para a satisfação daqueles. Seja qual for a velocidade ou mesmo a revolução nos meios de produção, isso não afeta a forma básica do fluxo circular, pois sem os serviços do trabalho e da terra não haveria consumo e sem este tampouco haveriam aqueles.

Ora, na economia de trocas há uma mercadoria que se destaca: o dinheiro. Sua relevância está em que tudo tem um preço e que os preços se expressam em dinheiro. O dinheiro é, portanto, o denominador comum de todas as mercadorias. Qual é, porém, a relação ente o fluxo circular e o dinheiro?

Schumpeter entende que o dinheiro tem preço e que cada consumidor avalia os seus

recursos monetários comparando-os com as outras mercadorias. Isto é, cada um emprega o dinheiro como valor de uso, embora o preço do dinheiro seja estipulado pelo mercado. Ou seja, tampouco trata-se aqui de poupar, de depositar numa conta bancária, etc. A função do dinheiro é a de facilitar a troca das mercadorias e, por isso, o seu valor pode ser separado do valor do material. Ou seja, uma cédula de R\$ 100,00, numa urgência, pode valer mais do que a cotação em ouro. Seja como for, o que importa aqui é entender que o dinheiro é distribuído de tal forma no sistema econômico que acaba obtendo um preço uniforme, o que facilita as trocas. Para simplificar seu argumento e, embora reconhecendo que o sistema econômico possa se desenvolver sem o dinheiro metálico, Schumpeter assume que: 1- a circulação monetária é feita em ouro, e 2- o dinheiro é tomado apenas como meio de circulação. Assim, no fluxo circular não há necessidade de estocar dinheiro. Não há aqui Tesouro Nacional e nem Banco Central. Tampouco interessa aqui o crédito bancário, pois o relevante é não hipostasiar a ação circular do fluxo, pois aqui “Não existe nenhum motivo para se conceder um desconto” (TDE, p. 41).

Ora, com isso, o argumento do rentista que se preocupa com os bens futuros, isto é, de que tem de se preocupar em sopesar os bens presentes para que não lhe falem mais adiante, cede lugar para um comportamento semelhante ao do homem primitivo, pois este tem uma relação imediata e direta entre a produção e o consumo, que, aliás, é a base do argumento do fluxo circular. Ao fim e ao cabo, reconhece Schumpeter, que numa economia de trocas considerada como um todo “há a mesma continuidade e dadas as mesmas suposições, a mesma invariabilidade que existe para uma economia que não seja de trocas – continuidade e constância não apenas dos processos, mas também dos valores” (TDE, p. 41).

Com isso, porém, pode-se suspeitar que o sistema produtivo estaria fechado sobre si mesmo e imobilizado. Poder-se-ia falar, então, de desenvolvimento econômico? Claro que sim. O fluxo circular é incontornável na vida econômica, o que muda é a sua forma, ou seja, é sempre dentro dele que se avança à medida que o modo anterior de produção e consumo é substituído por outro. O fluxo circular, porém, não é uma identidade alheia ao trabalho e à terra, e os serviços que o constituem são alimentados e conduzidos pela ação empresarial, cuja destruição-criativa é a brecha desde a qual se introduz o novo e, portanto, o progresso.

Novas combinações

O fluxo circular é incontornável, mas para continuar sua ação depende de um fenômeno ainda mais originário e sem o qual, aliás, não haveria desenvolvimento econômico:

a inovação. Lembremos que esse tema, tão caro a Schumpeter, não por acaso coincide com a era da grande industrialização dos fins do século 19 e começo do século 20, isto é, um período de grande desenvolvimento científico e tecnológico. Época de Bell, Marconi, Edson, mas também das revoluções científicas da teoria da relatividade e da mecânica quântica. Esse desenvolvimento industrial e científico foi ainda catapultado pela Primeira Guerra Mundial, que colocou a tecnologia no centro dos acontecimentos, como, aliás, relatara Max Weber seguido de Ernest Jünger, Martin Heidegger e Jacques Ellul, entre outros. Schumpeter, porém, recepciona esse fenômeno de um ponto de vista do desenvolvimento econômico. Isto é a inovação, aqui, não é a do cientista ou do técnico, mas do empresário. Sem este, aqueles sequer existiriam, no entanto, quem pode tratar disso? Não é a Física, a Química, a Biologia, etc., mas a ciência econômica. O que há de comum entre essas ocupações, porém, é que todas são ciências empíricas. O economista assume aqui, ainda que de passagem, o clima que resultará no positivismo lógico vienense. Com isso, ele momentaneamente, se afasta do começo de seu livro e daquilo que fora muito caro a Marx em suas leituras de Adam Smith e Ricardo, e que ajudou a Hegel em sua dialética do senhor e do escravo, isto é, a relevância dos serviços da terra e principalmente do trabalho, pois são precisamente esses serviços que o afastariam não só da metafísica clássica, mas também do realismo empírico. Schumpeter, no entanto, vai muito além dessa metafísica ingênua, como veremos. Por ora, vemos surgir aqui outra dificuldade.

Uma teoria do desenvolvimento econômico é, ao fim e ao cabo, um relato histórico desse desenvolvimento; e sendo assim quais os recursos conceituais para levar a cabo tal empreendimento? Por um lado, a ciência econômica é, para Schumpeter, empírica; por outro, ele reconhece que foi o processo social que, nos tempos atuais, passando a racionalizar nosso pensamento e nossa vida que nos ensinou a ver e a tratar o que acontece no plano dos fenômenos empíricos. Ora, o desenvolvimento econômico é um recorte dessa vasta empiria. E é um recorte porque a história econômica, como a história militar ou das artes, é apenas uma parte da História universal. Uma reflexão sobre o sentido dessa História, contudo, não interessa aqui, ou seja, uma teoria do “desenvolvimento” econômico trata apenas das mudanças que surgem de dentro e que dizem respeito apenas a esse aspecto da vida humana e para a qual já temos à disposição a noção de fluxo circular.

O desenvolvimento, contudo, implica mudança e descontinuidade, ou seja, se a noção de processo em círculo habitualmente está comprometida com a noção de repetição e de adaptação, agora, porém, tendo-se em vista o desenvolvimento econômico, trata-se de mostrar que não só o fluxo circular é incontornável, como, para continuar como tal, o

desenvolvimento tem de passar por soluções de descontinuidade. O fluxo circular, portanto, tem a forma atual, pois essencialmente é sempre serviço do trabalho e da terra. Aqui é importante, porém, começar a distinguir entre as mudanças que significam continuação de certo esquema produtivo e as que promovem a descontinuidade e, portanto, o desenvolvimento econômico. Seja qual for, todavia, o aspecto de uma determinada época, o fluxo circular, entanto tal, não tem solução de continuidade. Não há descontos no fluxo circular.

Essas “novas combinações” não seriam feitas basicamente para atender às demandas dos consumidores? Não seriam eles os genuínos promotores das mudanças? Pois, como alerta Keynes, “o consumo – para repetir o óbvio – é o único fim e objetivo da atividade econômica”.⁵ Keynes estava preocupado aqui com a diminuição da propensão para consumir e, portanto, com o desemprego que isso acarretaria; a argumentação de Schumpeter, porém, é de outra vertente, isto é, trata-se de mostrar que só há emprego porque há progresso e este porque há inovação. Esta, por sua vez, não depende basicamente dos consumidores, mas dos produtores. É certo que ocorrem mudanças no gosto e no desejo e até nas carências dos consumidores que podem levar a que se façam novas combinações que, no entanto, não passam de meros ajustes no fluxo circular antigo. Essas “mudanças”, porém, não têm relevância aqui, pois o que efetivamente conduz ao desenvolvimento são as novas combinações que promovem não readaptações, mas descontinuidades e, portanto, rupturas com o *status quo* econômico. Por isso, e desde já, entenda-se por “novas combinações” aquelas mudanças que promovem a descontinuidade nos meios produtivos e conseqüentemente levam ao desenvolvimento da sociedade. O conceito de novas combinações expressa-se em cinco casos de “ainda não”, isto é, do surgir de algo que não existia; aliás, aqui é importante esclarecer que uma nova combinação nem sempre está diretamente relacionada às descobertas científicas, pois a inovação está, antes de tudo, vinculada à produção de bens e aos mercados ainda não explorados. Os cinco casos a que se refere Schumpeter são:

1. Introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem.
2. Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa des-

⁵ Keynes, op. cit., p.

coberta cientificamente nova, e pode consistir também em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria.

3. Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação de um país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não.

4. Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve de ser criada.

5. Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (TDE, p. 49, 59).

Esses casos abarcados pelo conceito de novas combinações mostram, portanto, de modo claro que, para Schumpeter, a inovação aqui considerada é de natureza econômica e não meramente acadêmica ou artística, ou seja, é o empresário criativo o verdadeiro artífice do desenvolvimento. Aliás, essa criatividade é de tal ordem que rompe com o costume e a repetição; por isso é mais certo que ela seja mais afeita a novos empresários do que aos antigos, já familiarizados e seguros na reprodução dos mesmos bens, ou seja, “em geral não é o dono das diligências que constrói estradas de ferro” (TDE, p. 49). Em nossa época isso é marcante, pois quem produzia máquinas de escrever não atinava para os computadores pessoais e quem produzia estes, por sua vez, não tinha noção das redes sociais, etc.

As novas combinações são, portanto, a abertura para o desenvolvimento econômico, seja numa economia de trocas seja numa de cunho socialista, na qual o governo central detém o controle, isto é, determina as áreas que devem ser aprimoradas e, autoritariamente, como, numa situação radical, nos mostrou Alexander Soljenitsyn, já nas primeiras páginas de *O primeiro círculo*, o governo pode, sob ameaça de maior punição, dar aos prisioneiros de um *Gulag* prazos para resolver problemas ou desenvolver novos produtos. Numa economia de trocas, porém, mesmo com uma forte tendência à cartelização, o panorama é diferente porque ela visa basicamente ao lucro e este é regulado pela concorrência. Seja qual for o regime político e seu modelo econômico – capitalista ou socialista – há sempre uma liderança, um comando que, no fim das contas, regula, por exemplo, a segurança e o sistema de crédito, ou seja, garante que os empresários criativos possam obter crédito dos capitalistas e, assim, levar adiante novas combinações que, aliás, como estamos mostrando, na concepção schumpeteriana é a verdadeira fonte da riqueza e do desenvolvimento.

É importante entender que a descontinuidade das novas combinações pode conviver por muito tempo com o modo antigo de produção. Quando surgiram as estradas de ferro as diligências não desapareceram de pronto. E isso é assim tanto no capitalismo quanto no socialismo, guardando-se a diferença de que neste não há lucro, enquanto que no modo de

produção capitalista pode-se recorrer à poupança e ao crédito, o que, aliás, permite ao empresário criador ter maior liberdade e independência em relação aos bens herdados. Aliás, a indústria moderna erigiu-se com o crédito e isso a tal ponto que, nesse sistema, sem dívidas não há sucesso.

É óbvio que falar aqui de crédito e poupança é semelhante a falar de acúmulo de estoques, o que não só vai de encontro à noção de fluxo circular como também se afasta precisamente da noção de novas combinações. Nesse sentido, Schumpeter se aproxima de Keynes, embora, claro, interprete o fenômeno da poupança em seus próprios termos. Para ele o grande destaque dado pelos economistas à poupança faz com que esta encubra precisamente que o desenvolvimento consiste basicamente em empregar recursos diferentes de modo diferente e, portanto, de fazer coisas novas com os recursos disponíveis. Não se descarta a poupança, mas passa-se a entender que é o desenvolvimento que gera poupança e não o contrário. Ou seja, foram as inovações, e não a poupança, que mudaram profundamente o aspecto do mundo econômico. Esse argumento vale também para o crédito, ou seja, ele facilita o desenvolvimento, mas, obviamente, isso porque a disponibilidade de crédito depende da riqueza produzida pelo desenvolvimento. Sem recorrer ao crédito Cezar Birotteau, o famoso personagem de Balzac⁶, não teria desenvolvido sua perfumaria, isto é, não teria criado e posto em circulação novos produtos que resultaram de sua profissão de lojista que, aliás, contou com a sorte de, passeando pelos bulevares de Paris antes do jantar, deparar-se num cesto com a velha edição de um livro sobre a arte de conservar a beleza; adquiriu-o por alguns *sous*, o que lhe despertou a imaginação e lhe possibilitou ir além das fórmulas das pomadas e perfumes habituais. Nas novas combinações, Birotteau não dispensou o conhecimento de um renomado acadêmico – Vauquelin – para assegurar o caráter científico da sua inovação. Ou seja, sem iniciativas como a do famoso proprietário da *Rainha das Rosas* tampouco se produziria a riqueza que, na sociedade industrial, retorna na forma de crédito. A empresa de Birotteau, pelo dispêndio no luxo, acabou fracassando, mas em seu conjunto as novas combinações resultam na maioria das vezes em sucesso. O sucesso da sociedade industrial é claro. Voltaremos a Balzac. Por ora, salientemos que, para Schumpeter, antes da era industrial costumava-se conceder empréstimo para outros fins que não os de produção econômica, ou seja, o capital financeiro provinha da agricultura ou do rendimento fundiário e foi preciso o choque civilizatório da sociedade industrial para que esse panorama se alterasse. Antes dessa era, o capitalista se confundia com o empresário a tal ponto que, nessa época, a

⁶ Balzac, H. de. *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*. In: A comédia humana, vol. VIII. Porto Alegre: Editora Globo, 1952a.

distinção entre eles escapara aos economistas, pois o produtor rural era também o técnico que acompanhava do começo ao fim sua criação ou plantação. Isso passou a se modificar quando as terras começaram a ser arrendadas e foram contratados serviços de especialistas. O pai de Georg Eliot, lembremos, foi, em Coventry, administrador e gerente de propriedades rurais, o que deu à escritora uma infância e adolescência razoavelmente confortável e segura.⁷ Foi, contudo, na sociedade industrial que se passou a considerar que a verdadeira fonte do crédito é a riqueza produzida por meio dos negócios. Os lucros dos capitalistas industriais e financeiros cresceram de tal modo que eles podiam correr o risco de apostar na criatividade empresarial. Da potência passa-se, portanto, ao ato. O crédito é, então, o grande facilitador e sedutor, isto é, sem ele, a rigor, não se pode fazer novas combinações. O que, contudo, é ter crédito senão ter acesso ao dinheiro? E quem tem o dinheiro senão o banqueiro? Na época atual, aliás, este se tornou o capitalista *par excellence*. O capital, porém, por si só não gera desenvolvimento. Ora, isso já indica que, para Schumpeter, há uma diferença marcante entre o capitalista e o empresário.

Capitalistas e empresários

As mudanças e, portanto, discontinuidades no fluxo circular, as perturbações naquilo que tende sempre para a repetição e para o equilíbrio que surgem na atividade industrial e comercial são, para Schumpeter, obra dos produtores e não dos consumidores. São estes que, enfim, determinam o que pode ser consumido. Esses agentes da mudança e, portanto, das novas combinações, são os empresários, ou melhor, chama-se “empreendimento” a realização de novas combinações e “empresários” os indivíduos que as realizam. Numa economia de trocas o empreendedorismo é, então, o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. Se, contudo, por um lado empreender algo novo na maioria das vezes não é feito pelos ricos e capitalistas, por outro para se levar adiante novas combinações é preciso que o empresário tenha acesso ao crédito. Sem capitalistas não haveria crédito para novos empreendimentos, mas sem os empresários não haveria desenvolvimento e, por conseguinte, novas fontes de lucros, progresso capitalista e, por conseguinte, mais crédito.

Schumpeter concorda com a distinção que já havia ente os economistas entre “empresários” e “capitalistas”. Sua definição, porém, pretende ir além, pois por “empresário” ele entende a função não só dos que individualmente assumem a realização novas

⁷ Karl, R. Frederick, *Georg Eliot – a voz de um século*. Trad. Laís Lira. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998, p. 34 et seq..

combinações, mas também membros diretores de empresas públicas ou privadas; até mesmo aqueles que lidam com ações podem manobrá-las de modo distinto e inovador. Um acionista até “pode” ser um empresário, o que é um caso muito raro. Schumpeter, porém, rompe com a concepção tradicional de que o empresário é aquele que corre riscos, pois, segundo ele, o risco que recai aqui é sobre quem empresta, não sobre o tomador de empréstimo. Os riscos, portanto, recaem sobre os acionistas não sobre os empresários. Os acionistas que, aliás, dificilmente são empresários, mas é enquanto capitalistas que eles obtêm os lucros a partir dos riscos que correm. Em resumo, como já definira J. B. Say, “a função do empresário é combinar os fatores produtivos, reuni-los.” O empresário, então, é aquele que rompe com as práticas e os costumes estabelecidos, ou melhor, só é empresário quando se faz novas combinações e não se é mais quando já está fixado em seu negócio e se limita a dirigi-lo, tal como outras pessoas que tocam adiante seus negócios habituais. Por isso, é muito difícil que alguém faça negócios sem que em algum momento não tenha sido empresário, mas é muito mais difícil, e mesmo impossível, ser sempre empresário ao longo da sua vida econômica ativa.

Novas combinações, porém, requerem sacrifício e disposição para ir contra o fluxo circular estabelecido. Ora, a era industrial levou ao máximo o acréscimo de novos conhecimentos e descobertas e isso significa que surge um entrechoque permanente entre os canais habituais de um determinado fluxo circular, isto é, o domínio daquilo que se tornou habitual e até familiar com aquilo que o põe em xeque. Semelhantemente ao mundo científico e acadêmico, como nos mostrou Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*, o empresário inovador tem de nadar contra a corrente do paradigma tradicional, pois o que antes era um caminho seguro, agora torna-se um obstáculo. O que era familiar, desde uma nova combinação, torna-se obscuridade e incógnita antes, é claro, de ser uma página virada.

A criatividade empresarial, porém, é distinta da científica, artística e filosófica. Isto é, a incógnita aqui diz respeito à falta de orientação que um novo bem introduz no mercado. Empresários são, portanto, um tipo especial e raro de indivíduo cujo comportamento muda o comportamento da sociedade, considere-se o quanto mudou o comportamento social a corrente alternada, o rádio, a geladeira, o micro-ondas, os enlatados, o automóvel, Internet, TV, etc. Tem-se, então, uma disputa entre conservadores e inovadores. E mesmo um autor revolucionário como Keynes tinha um pé fixo na visão tradicional ao afirmar que “A sabedoria universal indica ser melhor para a reputação fracassar junto com o mercado do que

vencer contra ele.”⁸ Radicalmente distinta, porém, é a posição de Schumpeter, para quem o empresário é o verdadeiro herói da sociedade industrial, mantendo inclusive as características românticas atribuídas aos artistas, como o sacrifício e a incompreensão. Nos dias atuais Steve Jobs, o fundador da *Apple*, é um exemplo marcante.

A ação empresarial pode, agora, ser mais bem explicitada e resumida em três oposições básicas: “Primeiramente, pela oposição de dois processos reais: o fluxo circular ou a tendência para o equilíbrio, por um lado, e uma mudança dos canais da rotina econômica ou uma mudança nos dados econômicos que emergem de dentro do sistema, por outro. Em segundo lugar, pela oposição de dois aparatos teóricos: o estático e o dinâmico. Em terceiro lugar, pela oposição de dois tipos de conduta, que, seguindo a realidade, podemos descrever como dois tipos de indivíduos: os meros administradores e os empresários” (TDE, p. 59). Aqui por “estático” deve ser entendido o fluxo circular e por “dinâmico” a inovação.

Com isso, passa-se a entender muitas experiências da vida econômica. É certo que bons administradores, como bons capatazes, são aqueles que obtêm o máximo de rendimento com o mínimo de dispêndio tanto no lidar com os recursos técnicos como com os humanos, mas a verdadeira liderança está na habilidade em lidar com o novo e até mesmo insólito, pois ele tem de provar uma nova experiência fora dos padrões habituais. Aqui, portanto, a intuição, a imaginação e o julgamento devem ser entendidos como partes da grande experiência que, para além do mero empirismo lógico, surge do trabalho de conhecer o mundo natural e social. Um conhecimento meticuloso, como adverte Schumpeter, pode aqui ser fonte do fracasso, porém a racionalização progressiva, isto é, a capacidade de calcular de modo rápido e seguro, vai, mais tarde ou mais cedo, fazer com que a função do empresário diminua tanto quanto se reduz a do comandante militar. Em sua essência, no entanto, a vida econômica ainda depende muito da função empresarial e, por conseguinte, das perturbações que provoca nos hábitos e costumes arraigados, que se estendem da vida cotidiana às teorias econômicas, por exemplo, a ideologia da poupança, que acabam, aliás, tornando-se grilhões contra o desenvolvimento e costumam ir de encontro aos que procuram fazer algo novo e resultam no fortalecimento do hábito daqueles que se levantam e testemunham contra os projetos de mudança. Se a vida econômica, porém, fosse fixa como o céu estrelado acima de nós, não haveria liderança, mas apenas a preservação do que já se sabe e se domina, isto é, a mera administração da rotina. Sem a liderança, portanto, as possibilidades seriam meras fantasias de sujeitos abstratos, isto é, a liderança é o que dá vida às coisas, retirando-as da inação. E aqui assumir as coisas é

⁸ Keynes, op. cit., p. 115.

passar pela experiência da inovação que, aliás, nem sempre é invenção. O empresário, diferentemente do inventor, é aquele que faz novas combinações de bens econômicos, pois uma invenção que não se torna um bem de consumo é, do ponto de vista econômico, irrelevante. Aqui, porém, pode haver uma confusão, pois, como já alertamos, para Schumpeter, o empresário é um produtor que, enquanto tal, leva à mudança de hábitos dos consumidores, mas, para fazer isso ele, antes de tudo, precisa de crédito, o que significa que antes de seduzir o consumidor ele precisa convencer o credor. Esse âmbito desconhecido em que surge o empresário, num primeiro momento, o torna distinto do carisma do político ou de um líder militar, pois seu agir é a sua forte crença em algo a que só ele tem acesso e que age, aparentemente, visando apenas seu próprio interesse egoísta. Uma interessante descrição da figura do empresário é a seguinte:

Ele “conduz” os meios de produção para novos canais. Mas não faz isso convencendo as pessoas da conveniência da realização de seu plano ou criando confiança da sua liderança à maneira de um líder político – o único homem a quem tem que convencer ou impressionar é o banqueiro que deve financiá-lo – mas comprando seus serviços e usando-os como achar adequado. Também lidera no sentido que arrasta ao seu ramo outros produtores atrás de si. Mas como são seus concorrentes, que primeiro produzem e então aniquilam seu lucro, este é, por assim dizer, uma liderança contra sua própria vontade... Entenderemos, portanto, que não observamos nesse caso o surgimento de todos aqueles valores afetivos que são a glória de todos os outros tipos de liderança social. Acrescente-se a isso a precariedade da posição econômica tanto do empresário individual como dos empresários enquanto grupo, e o fato de que, quando o seu sucesso econômico o eleva socialmente, ele não tem nenhuma tradição cultural ou posição a recorrer, mas se move numa sociedade como um novo-rico, de cujas maneiras riem facilmente, e entenderemos por que esse tipo nunca foi popular e por que mesmo a crítica científica passa rapidamente por ele (TDE, p. 63).

Aqui Schumpeter lembra as relações entre Psicologia e Economia, que, aliás, passa ao largo de muitos estudiosos desta última. É, porém, estranha a afirmação de que o empresário de sucesso, como novo-rico, se mova sem nenhuma tradição cultural. Ora, não se move ele na tradição industrial rica em transformações e até revoluções? Schumpeter, é óbvio, mais uma vez chama a atenção para o gênio da sociedade industrial que rompe com os grilhões de um fluxo circular viciado pelos mesmos costumes, crenças e práticas de produção de consumo que, tende a se alimentar do mesmo, isto é, tende a se satisfazer com as mesmas atividades. Ou seja, no fluxo circular se toma como motivo normal a satisfação das necessidades. É, aliás, esta ilusão a fonte dos enganos que provém do empirismo inglês e que se expressa no hedonismo e no utilitarismo. Onde, então, o sacrifício criador? E mais: Não há alegria no criar

e, portanto, o comportamento do empresário não seria hedonista? Ora, criar novas combinações é basicamente uma ação de destruição-criativa, isto é, para se criar o novo é preciso destruir o antigo. Então, que lugar haveria aqui para o utilitarismo e seu parente próximo, o hedonismo?

Schumpeter reconhece, porém, que só se pode falar de desenvolvimento econômico se houver alguma conexão entre o antigo e o novo, mas o que a História mostra é precisamente a demolição de uma velha tradição pela criação de uma nova, isto é, a criação de novas perspectivas morais, culturais e sociais. Nesse sentido, foi a ascensão da figura do empresário que deu origem ao utilitarismo, e não o contrário, isto é, esta concepção filosófica e econômica originou-se na habilidade empresarial, ou seja, na habilidade de fazer novas combinações e, por conseguinte, na destruição-criativa. Desse modo, em seu cerne na destruição-criativa não existe nem utilitarismo nem hedonismo. A questão moral de se diminuir o egoísmo pelo recurso a valores altruístas é parasitária e, ao invés de se situar no ato criador da produção deve, aí sim, situar-se no consumo. E assim a autogratisação alcançada pelo altruísmo não pode ser separada do consumo de bens, não só aqueles de valores materiais, mas também os culturais. Schumpeter remete o utilitarismo ao hedonismo e entende que este é principalmente a satisfação das necessidades. Se, porém, foi a figura do empresário destruidor-criador que originou esse comportamento, é porque não se confunde com ele. Poder-se-ia, aliás, melhor dizer que o empresário é feito de estoicismo e sacrifício, pois “a atividade do tipo empresarial é obviamente um obstáculo ao gozo hedonista daqueles tipos de mercadorias que comumente são adquiridos por rendimentos que vão além de certa medida, porque seu ‘consumo’ pressupõe lazer” (TDE, p. 65). Com isso, Schumpeter procura mostrar que, desde seu modelo explicativo, os argumentos utilitaristas e hedonistas são irracionais.

O motivo hedonista, porém, não pode ser totalmente descartado, pois é certo que a maioria dos homens prefere o conforto das coisas que funcionam bem e a satisfação das suas necessidades. Fogem da escassez como o diabo da cruz. É certo também, contudo, que muitos dos homens notórios da nossa época caracterizaram-se por sua indiferença ao gozo hedonista. E isso é, aliás, uma sabedoria adquirida com a experiência da desilusão, ou seja, de que os sonhos de construir impérios e dinastias na maioria das vezes terminam em desastre; mesmo assim o desejo de sucesso principalmente industrial e comercial é, para o homem moderno, algo que o aproximaria da nobreza medieval. É claro que a sensação de poder e independência que o sucesso oferece é uma ilusão, mas uma ilusão que constantemente alimenta os seus sonhos. Aliás, nesse sentido, o sucesso empresarial é semelhante ao artístico ou esportivo, no

entanto, não haveria riqueza no futebol e no basquete, no comércio das artes e nas patentes se não houvesse desenvolvimento econômico, mas tampouco haveria este sem a figura sacrificial e anti-hedonista do empresário que, aliás, não concorre com artistas e esportistas, inventores ou descobridores, mas com aqueles que formam os grilhões do fluxo circular, isto é, aquela maioria dos capitalistas que mantêm seus ganhos privados sem passar pelos percalços da inovação econômica.

Como se viu, as noções de inovação ou de novas combinações podem ser entendidas basicamente como destruição-criativa. Esse é, a nosso ver, o conceito central de Schumpeter, ou seja, só há desenvolvimento quando o antigo modo de produção é destruído pela criação de algo novo. A destruição-criativa é, portanto, aquilo que constitui o desenvolvimento da sociedade moderna e industrial. A destruição-criativa é então a experiência da ação empresarial que rompe com o modo tradicional de satisfazer necessidades que, aliás, precisamente pelo utilitarismo e o hedonismo, ao fim e ao cabo, tendem a manter os grilhões e a estagnação do fluxo circular. De posse dessas noções é que, agora, se pode visualizar melhor fenômenos importantes de uma economia de trocas, como lucro empresarial, ciclo econômico, taxa de juros, crédito e capital, etc.

Crédito e capital – breves considerações

“No Mercado nenhum poder é mais respeitado do que o do homem que empresta dinheiro. As outras instituições humanas não são nada comparadas a ele. Mesmo a Justiça se traduz aos olhos do mercado pelo comissário, personagem com o qual ele acaba se familiarizando. Mas, a usura sentada atrás das suas pastas verdes, a usura implorada com o medo no coração mata o desejo de gracejar, seca a garganta, abate a altivez do olhar e torna o povo respeitoso.”
Honoré de Balzac⁹

Essa passagem do romance de Balzac mostra como, já no início do século 19, a usura, isto é, a prática do capitalista financeiro que ao deter o crédito, detém também o controle sobre o conjunto das instituições, acaba com o orgulho dos indivíduos e ainda torna o povo respeitoso, isto é, acaba com o bom-humor e instaura o medo de ficar endividado. Ou seja, nas palavras de Schumpeter, está-se aí preso ao fluxo circular cujos grilhões, por meio do sistema da justiça, não deixam saída ao povo. Em outro romance, no entanto, que também faz

⁹ Balzac, 1952a, p. 547.

parte das *Cenas da vida parisiense*, *A casa Nucigen*, em que trata mais detidamente da atividade dos banqueiros, Balzac não só reclama da opressão das leis burguesas quando afirma que “A legalidade mata a sociedade moderna”, mas, por vezes, chega também a uma posição oposta à tradicional, que se limitava a demonizar a usura; e, nesse aspecto, o escritor se aproximaria da concepção schumpeteriana, isto é, àquela em que chega à opinião de que “O devedor é mais forte que o credor”.¹⁰ É claro que, para Schumpeter, o devedor que se tem em vista não pode aqui ser confundido com o povo comum, ou seja, com aquele que pede empréstimo para manter a sua produção usual, mas, ao contrário, é precisamente aquele que tem a função empresarial cuja criatividade, aliás, o afasta do lugar-comum. Ele é marcado pela estranheza e desconfiança, antes, como já consideramos, tendo mais a ver com o incompreendido gênio romântico, imagem, aliás, que Balzac mesmo descreveu na vida tragicômica de César Birotteau. Cômica porque se trata de um empresário dedicado às suas invenções na sua busca por pomadas capazes de conservar a beleza e a juventude, como *A pomada das sultanas*, *A água germinativa*, etc., o que, enfim, queria dizer que tentava mostrar à sociedade do que era capaz, especialmente em algo há muito procurado e, todavia, não encontrado: a cura da calvície. Trágica porque, afastando-se da zona do sacrifício e dissipando seus lucros nos prazeres da vida burguesa, seu empreendimento termina em fracasso. Em seu romance Balzac mistura personagens reais como a do acadêmico Louis Nicolas Vauquelin com os fictícios como Birotteau, capaz de usar os inventos daquele nos negócios, diferentemente, por exemplo, do padre Roberto Landell de Moura, que não teve a mesma sorte por ter vivido num Brasil retrógrado do ponto de vista científico e econômico. Num dos seus diálogos com o químico Vauquelin, Birotteau afirma: “Sei que os cabelos ocupam as suas vigílias e que o senhor se dedica à sua análise. Enquanto o senhor pensa neles para a glória, eu penso para o comércio”.¹¹ No relato da grandeza e decadência do perfumista, Balzac, porém, apresenta outra personagem que vem mais a calhar aqui, pois mostra que o escritor já delineara o tipo de empresário que se converteria em herói para Schumpeter, isto é, esse tipo

¹⁰ Balzac, H. de, *A casa de Nucigen*. In: *A comédia humana*, vol. VIII. Porto Alegre: Editora Globo, 1952b, p. 662. Ou seja, já nos romances de Balzac o devedor nem sempre é aquele miserável passivo, mas precisamente pela sua condição assume um caráter que ameaça o credor. Essa típica dialética entre credor e devedor é assim descrita por Balzac quando o personagem César Birotteau, depois da sua derrocada nos negócios, em suas andanças pelas ruas de Paris sem rumo e com a sensação de se haver derretido; no entanto, mesmo açoitado pelos seus credores, ele tinha momentos em que podia respirar e até repousar, ou seja, a sua aflição passava para os credores. Escreve Balzac: “Em Paris, o período adstringente da desconfiança é tão rápido em chegar quanto lento em se decidir é o movimento expansivo da confiança: uma vez tombado no sistema restritivo dos temores e das precauções comerciais, o credor chega a sinistras infâmias que o colocam abaixo do devedor. Duma adocicada polidez, os credores passaram ao rubro da impaciência, às sombrias crepitações das importunações, aos clarões do desapontamento, ao azul pálido de uma decisão antecipada, e à negra insolência da intimação preparada.” (Balzac, 1952a, p. 486).

¹¹ Balzac, 1952a, p. 411.

urbano com caráter de marginal e de contestador do *status quo*; trata-se de Carlos Claparon, cuja mera presença no salão de Birotteau causava estranheza entre os convidados bem educados. Escreve Balzac:

Roguin não estava tranqüilo a respeito da entrada em cena de Claparon, cujos hábitos e cuja maneira de falar podiam assustar burgueses virtuosos: achou necessário, pois, preparar os espíritos.

– Os senhores vão conhecer – disse a Ragon, a Pillerault e às senhoras – um sujeito original, que oculta suas qualidades sob uns maus modos assustadores, pois, numa posição muito baixa, fez carreira por si mesmo. Ele acabará, sem dúvida, adquirindo boas maneiras, à força de conviver com banqueiros. Os senhores talvez o encontrem num bulevar ou num café, bêbado, desalinhado, jogando bilhar: ele parece um grande vagabundo... Pois não é verdade! É um homem que estuda e pretende revolucionar a indústria por meio de novas concepções.

– Sei o que é isso – disse Birotteau. – Foi vagabundeando pelas ruas que encontrei minhas melhores idéias, não é querida?

– Claparon – acrescentou Roguin – recupera durante a noite o tempo gasto em procurar e combinar os negócios durante o dia. Todas essas pessoas de grande talento têm uma vida estranha, inexplicável. Pois bem, sou testemunha de que através de toda essa desordem ele consegue alcançar seus fins: acabou fazendo todos os proprietários cederem, eles não queriam, desconfiavam de alguma coisa, ele os mistificou, foi falar com eles todos os dias, e agora, afinal, somos donos do terreno.¹²

O sucesso nos negócios alçou o grosseiro Carlos Claparon à condição de banqueiro. O que, porém, nos interessa aqui no esclarecimento do pensamento de Schumpeter é que para Birotteau sustentar sua criatividade de perfumista juntando o conhecimento acadêmico com sua habilidade empresarial ele teve de recorrer ao crédito, isto é, teve de recorrer ao capitalista para assegurar seu negócio e, para efeito de desenvolvimento econômico, nesse momento ele foi mais forte que seu credor. Sua fortaleza é parte do núcleo da sociedade industrial marcada pela capacidade de inovação como a locomotiva do desenvolvimento. Ora, levando em conta essa noção tão central a pergunta incontornável agora é: Qual é a relação entre crédito e capital? Antes de avançar nessa relação é preciso entender o crédito na tarefa de fomentar que a efetividade das destruições-criativas, as novas combinações, rompam com o *status quo* dos fluxos circulares, ou seja, de que se retirem ou alterem os serviços da terra e do trabalho dos seus empregos anteriores. Ora, crédito, modernamente, é dinheiro.

Schumpeter reconhece que o dinheiro não é um mero reflexo da atividade econômica, ou seja, não se pode aceitar a tese de que o dinheiro funcione apenas como um meio para facilitar a circulação de bens. O crédito, porém, é associado ao tomar dinheiro emprestado.

¹² Balzac, 1952a, p. 431, 432.

Onde, contudo, esse dinheiro estava? Pelo que se viu, no fluxo circular não há lugar para qualquer tipo de estoque, mesmo o de dinheiro. E menos ainda a possibilidade de que se pudesse tomar emprestados os serviços do trabalho e da terra. Ou seja, no fluxo circular não há estoques ociosos aos quais o empresário poderia recorrer para tocar adiante sua inovação. Aqui, portanto, tem-se uma dificuldade que é, no entanto, apenas aparente, pois, para o economista que não abre mão dos seus princípios, não há nada de estranho ou misterioso em afirmar que “o empresário não pode ‘adiantar’ bens de consumo a trabalhadores e senhores de terra, simplesmente porque não os tem. Se os comprar, precisa do poder de compra para esse propósito. Não podemos passar por cima desse ponto, uma vez que se trata sempre de retirar bens do fluxo circular” (TDE, p. 68). Posto nesses termos, o dinheiro não é um bem essencial, ou melhor, nada de essencial pode ser traduzido logo em dinheiro, no entanto, o dinheiro ou o poder de compra são expressão de um processo essencial. Ou seja, o senso comum, expresso por Balzac, de que “O dinheiro não conhece ninguém: não tem ouvidos, o dinheiro: não tem coração, o dinheiro!”¹³ é apenas em parte verdade, pois, tal como os créditos bancários o dinheiro tende a encobrir o que lhe é essencial. O essencial, como veremos, é a atividade empresarial, que, rompendo com o fluxo circular, também origina as novas combinações de conceder crédito, o que é a típica função dos bancos, essas instituições que basicamente vivem das promessas de pagamento de seus empréstimos. Vivem, portanto, de especulação. Aqui Schumpeter afirma não estar contrariando a Ricardo, isto é, de que as operações bancárias não aumentam a riqueza de um país, o que se comprova nos casos dos homens de negócios que começam como devedores de um banco e mais tarde se tornam seus credores. O importante, nessa passagem, é que Schumpeter compartilha com a grande maioria dos economistas a crença de que todas as formas de crédito, desde as linhas de financiamento, bilhetes bancários, créditos contábeis, etc., aumentam os meios de pagamento e, por isso, são facilitadores do desenvolvimento econômico.

Um ponto, contudo, pode originar controvérsia. O que vem a ser criar dinheiro? Obviamente que não é possível criar bens de troca se não houver moeda legal ou mercadorias. Na era moderna o meio de troca é o dinheiro, ou seja, os produtores são os que sacam dos consumidores o dinheiro correspondente a sua produção. Para facilitar isso forjou-se o sistema de crédito que irriga os canais normais do comércio e da indústria. O crédito, porém, é sempre uma expectativa, isto é, uma caução que se vai descontar no futuro. Nesse sentido, a criação de crédito seria apenas a mobilização de ativos existentes, o que, aliás, vai de encontro

¹³ Balzac, 1952a, p. 527.

às novas combinações ou inovações. Schumpeter, como alertamos, afirma que papéis bancários não criam riqueza e que o fluxo circular mesmo não tem hiatos de continuidade. Ele, porém, não pode ir totalmente contra as facilitações do crédito e do dinheiro, isto é, de que a criação de dinheiro seja meramente uma questão técnica e que, ao fim e ao cabo, o que valeria mesmo é a tradicional troca de mercadorias por mercadorias, quando a função creditícia e do dinheiro seria suprimida. Ele não concorda “totalmente” com essa posição, ou seja, por um lado, mantendo-se fiel a sua noção de desenvolvimento, ele não pode reduzir ou sobressaltar a função do crédito e do dinheiro, mas, por outro lado, ele não pode deixar de reconhecer que sem esses recursos não haveria como fazer inovações, até porque, no mais das vezes, os inovadores são empresários carentes de capital. Aqui, todavia, a inovação é algo que incide até sobre o sistema creditício, ou seja, quem emprestaria dinheiro a alguém que, destituído de riqueza, deseja criar um novo bem desconhecido? Ora, a tendência no sistema bancário é emprestar àqueles já reconhecidos pelos seus lucros e pelo seu nome já reconhecido na praça. E o empresário inovador? Aqui, não há outro jeito senão o de se criar um poder de compra sem cauções e o risco, portanto, recai totalmente sobre o capitalista. O que interessa, porém, é o reconhecimento de que na vida real o crédito total é maior do que poderia ser o crédito totalmente coberto ou de que a base creditícia se projeta para além dos estoques de ouro e de mercadorias. O que, então, difere Schumpeter dos outros economistas? Na prática nada, na teoria ele pretende destacar uma diferença que tende a escapar aos seus pares: a distinção entre crédito normal e crédito anormal. Segundo ele:

O crédito normal cria direitos ao dividendo social, que representam e podem ser pensados como comprovantes dos serviços prestados e da entrega prévia de bens existentes. Aquela espécie de crédito, que é designada pela opinião tradicional de anormal, cria também direitos ao produto social, que, contudo, na ausência de serviços produtivos passados, só poderiam ser descritos como certificados de serviços futuros ou de bens ainda a serem produzidos. Assim, há uma diferença fundamental entre as duas categorias, tanto em sua natureza quanto em seus efeitos. Ambas servem ao mesmo propósito, como meios de pagamento, e são externamente indistinguíveis. Uma, contudo, abarca meios de pagamento para os quais há uma contribuição correspondente ao produto social; já a outra abrange meios de pagamento aos quais não corresponde até agora nada – ao menos nenhuma contribuição ao produto social, mesmo que essa deficiência seja frequentemente compensada por outras coisas (TDE, p. 71).

Assim sendo, aquilo que já era reconhecido pelo senso comum, isto é, do fornecer créditos anormais, insólitos e aventureiros, passa a fazer parte da ação empresarial, pois é precisamente essa a essência da sociedade industrial enquanto forjadora de novas

combinações, ou seja, destruição criativa.

Feita essas distinções, pode Schumpeter mostrar que a relação entre o empresário e o crédito é a base da sociedade industrial moderna. O desenvolvimento econômico, portanto, só ocorre quando o poder de compra chega até o agente que, mediante inovações, adquire o *status* de empresário. A distinção, porém, entre crédito normal e anormal, mostra que esse poder de compra não flui para ele com a mesma facilidade daqueles que já estão vinculados ao fluxo circular. Como geralmente o empresário é pobre, se não conseguir crédito nunca levará adiante seu empreendimento. Ele, portanto, só se torna empresário tornando-se também devedor, pois, antes de tudo, ele quer mesmo é crédito. Ou melhor: “Antes de requerer qualquer espécie de bens, requer poder de compra. É o devedor típico da sociedade capitalista” (TDE, p. 72). Para melhor expor esse argumento, Schumpeter propõe uma prova negativa. Isto é, a prova de que essencialmente não há nenhum outro devedor que não seja o empresário.

Crédito – uma prova negativa

O que quer dizer “devedor típico” aqui senão o devedor-chave ou o devedor essencial? É claro que o que define é a função econômica exercida pelo empresário, pois há outros modos de conceder empréstimo. Para Keynes, por exemplo, no contexto de combate ao desemprego, a importância estava no investimento que, por sua vez, ampliava o consumo. Créditos para consumo seriam, então, bem-vindos porque, como facilitadores, aumentavam o número de empregos. Para Schumpeter, porém, o crédito para consumo é o mais comum no sistema econômico estabelecido e basicamente ele serve para manter o fluxo circular dentro de seus eixos, mas, é por isso mesmo que ele é irrelevante. O crédito para consumo simplesmente não é central para o processo de desenvolvimento econômico. Ou melhor, o crédito normal para o consumo não é essencial às necessidades da vida industrial. A prova negativa, isto é, a confirmação que Schumpeter pretende obter via negação do crédito normal pode ser resumida no reconhecimento de que não faz parte da vida dos indivíduos o fato de que eles necessariamente têm de ter crédito para consumo, ou seja, não é necessário que os indivíduos sejam obrigados a se endividar para consumir, o que não é o caso do empresário inovador, que é um devedor por natureza, visto que sem crédito ele simplesmente não existe. Desse modo, o fenômeno do crédito para consumo, a despeito da sua importância para a vida cotidiana, não tem nenhuma relevância aqui.

Para levar adiante sua prova negativa Schumpeter afirma: “Uma vez que toda a

espécie de extensão de crédito para fins de ‘inovações’ é por definição a concessão de crédito ao *empresário*, e que constitui um elemento do desenvolvimento econômico, então a única espécie de concessão de crédito que resta para ser considerada aqui é o crédito para a condução de um negócio no fluxo circular (*Betriebskredit*). Nossa prova será conseguida se pudermos explicá-lo como ‘não-essencial’, no sentido que lhe damos” (TDE, p. 72).

A noção de fluxo circular reforçou a crença de que, originalmente, um produtor que vendesse seus bens e que obtivesse imediatamente o pagamento por eles, ou seja, de que, nesse caso, a produção fosse integralmente financiada pelas vendas. Essa noção, porém, deve ser entendida como a noção de que rotineiramente o crédito concedido depende do desenvolvimento econômico e não este daquele, isto é, de que só se pode recorrer à soma de dinheiro ocioso porque é o desenvolvimento e, portanto, a geração de riqueza a verdadeira fonte do crédito anormal. Ou seja, o crédito normal no fluxo circular tende a manter paralisado, ou o que quer dizer o mesmo, o crédito corrente reforça o que já está em operação, mas fecha as portas para o desenvolvimento. Entregue a si mesmo o crédito normal levaria a sociedade à estagnação, inclusive do crédito. Ou seja, *via negationis*, Schumpeter prova que a essência do desenvolvimento industrial não se encontra no crédito corrente dentro do fluxo circular. Pelo visto, no entanto, se não há desenvolvimento sem crédito é porque só há crédito porque há desenvolvimento, e essa é a função do crédito anormal, isto é, daquele que só o empresário inovador dispõe e que, por isso, é nele que se encontra a essência do desenvolvimento, ou seja, a força e a habilidade para abrir novos canais produtivos. Schumpeter pode, então, afirmar que:

Nesse sentido, portanto, definimos o cerne do fenômeno do crédito da seguinte maneira: o crédito é essencialmente a criação do poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência do poder de compra existente. A criação do poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia surgir a partir do mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito (TDE, p. 74).

A noção de fluxo circular, como vimos, é incontornável; isto é, tudo o que se produz e consome assenta-se nos serviços do trabalho e da terra, mas essa noção também quer dizer

que, em última instância, em toda corrente de produção e consumo, de crédito e ressarcimento, não haveria nenhuma brecha. Se isso fosse simplesmente assim, no entanto, tampouco haveria desenvolvimento econômico. A rigor, no fluxo circular, tudo pode ser pago à vista o que, em última instância, dispensaria o crédito. Esse equilíbrio, porém, é aparente, pois o crédito anormal ou empresarial é a brecha que abre o círculo dos padrões de produção e consumo tradicionais para outras possibilidades. Por isso aquele que detém o crédito, ao colocá-lo à disposição do empresário, está propiciando a abertura de uma brecha para as novas combinações; aliás, aqui o crédito anormal e a atividade empresarial que levam às novas combinações são o que constituem essa brecha. No crédito anormal o critério de medida é o sucesso das inovações. Poder-se-ia, aliás, afirmar que é isso que essencialmente constitui a destruição criativa em que se alicerça a sociedade industrial.

O crédito anormal, portanto, ocorre quando é criado um novo poder de compra para os empresários inovadores. E isso significa que esses empresários ocupam lugares que os empresários tradicionais não ocupavam. Isto é, criam-se demandas que antes inexistiam. Uma nova demanda, porém, leva à retirada de bens anteriores e, conseqüentemente, também provoca, nesse primeiro momento, um aumento de preços nos novos bens produzidos. Com isso, Schumpeter argumenta que não há nada de “ilógico ou místico” nesse acontecimento em que se cria poder de compra, ou seja, este não surge por acaso ou é mera especulação, pois basicamente “o processo significa a compressão do poder de compra existente. Em certo sentido nenhum bem e certamente nenhum bem novo corresponde ao poder de compra recém-criado. Mas um lugar para ele é aberto à custa do poder de compra anteriormente existente” (TDE, p. 75). Não há, porém, aqui, uma ambigüidade no pensamento de Schumpeter? Não teria o crédito anormal voltado a ser concebido como dependente do normal? Ora, se não houvesse crédito no fluxo circular normal não haveria onde o empresário buscar recursos para seu empreendimento, não teria poder de compra, mas se tudo ficasse na repetição deste círculo não haveria desenvolvimento com novos bens e demandas. Por isso, um novo poder de compra é, antes de tudo, feito à custa do anterior, o que significa que para que surjam novos bens os anteriores têm de pagar o preço do seu desaparecimento, isto é, o desenvolvimento do computador pessoal significou o fim das máquinas de escrever e praticamente tudo o que fazia parte do esquema da sua produção e consumo. Por conseguinte, um novo poder de compra só surge comprimindo, pressionando e forçando para trás o poder de compra que já existe. Ou seja, a noção de nova combinação ou criação destrutiva está vinculada a esse modo de criação de poder de compra.

O que na prática significa isso? A compressão do poder de compra antigo expressa-se

numa alteração nos preços das mercadorias, ou seja, as mercadorias antigas dão lugar a outras distintas, adquiridas por agentes dotados dos novos poderes de compra. Como, no entanto, as mercadorias ou bens antigos não sumiram por completo as unidades dos poderes de compra atuais não só ainda são menores do que as que existiam como têm sua distribuição alterada entre os indivíduos. Com isso, para Schumpeter, surge aí uma “inflação creditícia”. Mais uma vez, porém, para assegurar seu argumento básico, ele reafirma que tal oferta de crédito nada tem a ver com o peculiar crédito ao consumidor. O que acontece é que quando o novo poder de compra começa a ocupar o lugar do antigo “os preços sobem, há uma retirada de bens que resulta favorável a quem recebe o crédito ou àqueles a quem se paga com as somas emprestadas” (TDE, p. 76). Como, porém, sustentar aqui a noção de inflação, isto é, de que os créditos devem estar sempre dando conta dos preços que estão subindo? Schumpeter adverte que, nesses casos, um dos meios de manter a fonte creditícia é aumentando impostos e, portanto, gerando deflação. Ela é importante para, preservando a saúde do sistema monetário, assegurar a normalidade do fluxo circular, mas ela não é essencial e decisiva para que se entenda como se dá a relação entre a produção econômica normal e a inovação. Ora, numa economia de trocas legalmente estabelecida, o empresário deve saldar suas dívidas com o banqueiro e também repor os bens que de algum modo alterou, mas que começam a ser consumidos. Se o empréstimo resultou no sucesso, isto é, se os bens produzidos por seu empreendimento estão em circulação, então ele teve um “lucro empresarial”, ou seja, ele enriqueceu a vida social “com bens cujo preço total é maior do que o crédito recebido e do que o preço total dos bens direta ou indiretamente gastos por ele. Assim a equivalência entre o dinheiro e as correntes de mercadorias é mais do que restaurada, a inflação creditícia mais do que eliminada, os efeitos sobre os preços mais do que compensados, de modo que se pode dizer que não há nenhuma inflação creditícia nesse caso – antes talvez deflação –, mas apenas o aparecimento não sincrônico do poder de compra e das mercadorias a ele correspondentes, o que temporariamente produz a aparência de inflação” (TDE, p. 76). E assim, de posse desses lucros, o empresário pode pagar seu credor, mas isso porque o que sobra desse pagamento é agora um saldo credor ou lucro empresarial.

Aqui um detalhe: o lucro empresarial, ao fim e ao cabo, é retirado do fundo do poder de compra do fluxo circular. Nesses termos, o empréstimo bancário que originou o lucro empresarial desapareceu. Ora, isso significaria uma deflação paralisante no sistema produtivo, isto é, deflação é a redução a nada do poder de compra recém-criado. O que impede essa redução a zero do poder de compra senão o caráter de maior ou menor prazo de um empreendimento? Só um certo período de duração pode testar a solidez de um

empreendimento, ou seja, de algum modo Schumpeter reconhece que o poder de compra criado é como que reabsorvido pelo já existente. O seu esforço é, portanto, de não separar radicalmente o poder de compra novo do fluxo circular. Essa reabsorção do poder de compra na poupança da comunidade, porém, é indicativo de continuidade, mas o progresso depende da disponibilidade de novo poder de compra e, portanto, da inovação. O desaparecimento rápido de um novo poder de compra deve ser entendido como a experiência da inovação, o que envolve sempre algum período para instalação e sucesso de um empreendimento. O importante aqui, porém, é entender que a inovação enquanto destruição criativa leva ao desaparecimento dos instrumentos de crédito e inclusive do novo poder de compra que ele possibilitou. Como, no entanto, desaparece essa possibilidade? Ora, poder de compra aqui não é algo *a priori*, mas já está expresso nas mercadorias. O crédito para consumo possibilita que se compre isto ou aquilo, mas o crédito que gera um novo poder de compra já é mercadoria inovadora e isto até que ela deixe de ser inovadora e adquira confiabilidade e obtenha para sua reprodução as fontes creditícias tradicionais do fluxo circular. Ora, como vimos, essa normalização provém da inflação creditícia feita pela demanda dos novos bens e sua consequente elevação dos preços. Schumpeter, aqui, apressa-se a responder àqueles que entendem que é precisamente a criação de crédito que facilita as novas combinações precisamente pela elevação dos preços e também rejeita a objeção de que o novo poder de compra é criado, sustentado e limitado pelos bens futuros e, portanto, não pelos bens existentes, o que, aliás, afastaria ou tornaria virtual a inovação; daí que só se pode falar em “bens futuros a preços atuais”. Schumpeter obviamente reconhece que, mesmo abstraindo-se o Estado e o Banco Central, a inflação creditícia tem seus limites, isso é, que os preços não podem seguir crescendo indefinidamente, pois o sistema bancário não deixa de temer por suas perdas, embora o freio na inflação creditícia só ocorra quando o empresário não consegue produzir as mercadorias de modo a poder pagar o seu empréstimo. O importante aqui é, para Schumpeter, assegurar a noção básica de que, independentemente do Estado, numa economia de trocas o novo poder de compra vincula-se às novas combinações feitas por empresários criativos e, por isso, distingue-se das concessões do crédito usualmente disponíveis para os consumidores e os empresários em geral.

A origem do crédito, portanto, depende do desenvolvimento econômico feito por meio de inovações. A renovação de crédito, porém, está vinculada à noção de repetição, isto é, de quando já não há novidade na inovação e no crédito bancário que, aliás, desaparece como o facilitador do novo poder de compra, ou seja, ambos tornam-se tradicionais. Essa repetição habitual, contudo, leva a associar crédito ao consumo com o crédito inovador e, com isso,

encobre-se que a verdadeira fonte de crédito é a riqueza social produzida pelos novos empreendimentos e a renda obtida com eles. A vanguarda do desenvolvimento é, portanto, o lucro empresarial. Ora, falar-se em lucro e crédito é, em suma, falar de capital, ou seja, o que o empresário deve obter é capital para seu empreendimento. O que, no entanto, é o capital?

O capital – algumas definições básicas

Depois de tudo o que foi explicitado, Schumpeter acha-se em condições de avançar para um tema que esteve sempre subjacente, mas que, todavia, não fora suficientemente debatido, um tema, aliás, que é frequente na linguagem corriqueira, especialmente numa economia de trocas em que circulam com mais ou menos desenvoltura os homens de negócio. Nessa linguagem abundam expressões como “ter ou não capital”, “faltou capital para investir”, “esgotou seu capital na farra e na bebedeira”, “cavalos lerdos e mulheres lépidas consumiram com o seu capital”; e ainda, quando Sartre encontrou-se bastante enfermo expressou-se assim: “Meu capital, saúde, acabou”. Enfim, o que, nos termos schumpeterianos, se entende por “capital”? Ora, só se pode falar de capital no sistema capitalista. Como vimos, porém, o capitalismo, retirando suas crises cíclicas, está sempre em desenvolvimento, pois, de algum modo, sob a forma do crédito, fornece poder de compra para que, retirando o que está disponível no fluxo circular ele possa fazer novas combinações. Só se faz novas combinações, contudo, se houver poder de comando para lidar com tudo e todos aqueles que constituem a sociedade capitalista. Nesse sentido, o empresário tem o poder de subjugar bens e indivíduos para realizar seus interesses. Daí se tem uma primeira definição de capital.

O capital nada mais é do que a alavanca com a qual o empresário subjuga ao seu controle os bens concretos de que necessita, ele nada mais é do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção. Essa é a única função do capital e por ela se caracteriza inteiramente o lugar do capital no organismo econômico (TDE, p. 80).

Schumpeter, contudo, apressa-se em esclarecer que por “alavanca” não se deve entender nenhuma categoria ou espécie privilegiada de bens, especialmente aqueles que já estão em oferta. E isso porque, fiel ao seu argumento, o alavancar é uma operação que basicamente se confunde com a realização de novas combinações. Para que criar novas combinações, porém, não há, a rigor, hierarquias de bens que tenham maior ou menor valor e que, por isso, pré-estabeleçam escolhas, pois, em sua pobreza inicial, para o empresário todos os bens estão no mesmo nível, isto é, em sua situação original na qual o antigo produzir

desaparece e o novo ainda não surgiu e tampouco se consolidou, o empresário “carece dos serviços dos agentes naturais, do trabalho da maquinaria, da matéria-prima, de todos igualmente, exatamente no mesmo sentido, e nada distingue essas necessidades uma das outras” (TDE, p. 80). Pelo que se viu, porém, não há empresário sem crédito anormal. Nesse sentido, ele tem o bem com o qual pode comprar ferramentas e serviços da terra e do trabalho. Ou seja, ele tem o dinheiro que lhe permite inovar, especialmente se se trata de bens de capital, pois bens de consumo não são capazes de gerar desenvolvimento. A função propulsora do capital é sempre fomentadora de novas combinações e nunca a mera reprodução de consumo dos bens existentes. Schumpeter, na sua terminologia metafísica, pretende colocar o ato criativo sempre adiante da repetição do mesmo. A alavanca, contudo, é um instrumento que serve para movimentar algo, um recurso técnico com o qual se passa algo de um lugar para outro, uma mudança de um estado de coisas para outro. Ou seja, a alavanca é uma ferramenta rígida que, por exemplo, muda a posição de uma viga apoiando-se em outras vigas fixas, isto é, ela funciona se está fixada entre elas; e basicamente a alavanca serve para facilitar o trabalho; ora, com o capital acontece o mesmo. Se, no entanto, considerarmos os bens como consideramos as vigas, podemos perder de vista a diferença crucial entre a função dos bens que servem para esta ou aquela função técnica e a função do capital. Para melhor explicar essa diferença temos mais um desdobramento da definição de capital: “A função do capital consiste em obter para o empresário os meios com que produzir. O capital se coloca como um terceiro agente necessário à produção numa economia de trocas, entre o empresário e o mundo dos bens. Constitui a ponte entre eles. Não faz parte diretamente da produção, ele próprio não é ‘elaborado’; pelo contrário desempenha uma tarefa que deve ser feita antes que a produção técnica possa começar” (TDE, p. 81). Posto nesses termos, ter capital é ter crédito, ou seja, poder de compra não com estes ou aqueles bens, mas dinheiro, isto é, ter o poder de, em última instância, gerenciar os serviços do trabalho e da terra. Aqui, porém, mais uma vez, não se pode colocar a carroça na frente dos bois, pois, insistimos, a noção de capital como poder de compra reforça a ideia de algo em potência, isto é, de que se pode usar o capital assim ou assado e, portanto, de que o empresário está à espera de utilização, o que é um erro, pois só se é empresário quando já se comprou os bens de que se precisa e eles já estão em operação. O desenvolvimento capitalista expressa-se na noção de que no princípio está a ação empresarial.

A noção do capital como agente ou como alavanca mostra seu caráter transitório e com isto Schumpeter rompe com a noção tradicional de que o capital consiste em bens adquiridos, ou seja, a opinião usual de que a função do capital é adquirir bens leva à noção de que, no fim

das contas, ao empresário se emprestam os bens de que precisa, como se já se soubesse por antecipação das novas combinações que ele faz com o capital. Ou seja, a concepção tradicional é a de que há, portanto, um fundo de reserva que o empresário usa e por meio do qual paga os produtos adquiridos para seu empreendimento; com isso, porém, se esquece que precisamente nessa aquisição o empresário gastou todo o seu capital, ou seja, nesses termos “o empresário não possui mais esse fundo porque acabou de gastá-lo, e que as partes dele nas mãos dos vendedores de meios produtivos não podem ter um caráter diferente das somas recebidas pela venda de pão nas mãos do padeiro” (TDE, p. 81). Isto é, a ação do empresário já tem um caráter distinto da mera e usual troca de bens ou de pagamentos. Assim sendo, tanto a noção de que o capital se confunde com os meios produtivos comprados como a noção de que o capital é o que está incorporado a esses bens não provam nada. Ora, assim como com a alavanca, que cumprida sua função pode ser retirada, ocorre o mesmo com o empresário que já não mais dispõe do capital, pois na compra dos bens para seu empreendimento ele simplesmente o gastou; obviamente que ele não gastou seu capital na repetição do mesmo tipo de bens, pois “em troca deste adquiriu bens que não empregará como capital, ou seja, como fundo para pagamento de outros bens, mas na produção técnica” (TDE, p. 81). É por isso que o empresário é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. A figura do empresário, portanto, não se confunde *ipsis litteris* com a do capitalista.

Até que ponto, contudo, são figuras distintas? O empresário gastou seu capital em bens de produção, mas não pode vendê-los, isto é, convertê-los novamente em dinheiro? Não podem novamente ser convertidos em poder de compra para, por exemplo, adquirir outros bens produtivos? Ora, como vimos, o capital não é este ou aquele bem, mas algo genérico. E isso dá a ideia de que, ao fim e ao cabo, é então um fundo comum que pode ser sacado para esta ou aquela aquisição. O fundo comum, portanto, seria o poder de compra que pode ser convertido na mais flexível das mercadorias: o dinheiro. Adverte novamente Schumpeter, porém, que essa não é uma noção adequada, pois o dinheiro do empresário já não tem nada a ver com o capital ou poder de compra anterior, mas com o sucesso do seu empreendimento. Ou seja, se ele teve sucesso isso significa que começou a auferir lucros com seu negócio, começou, portanto, a ganhar dinheiro não para pagar as contas, mas para aumentar seu capital. Aqui, porém, surge outra armadilha que leva a confundir novamente o empresário com o capitalista. O empresário ficou rico porque tem mais dinheiro? Porque aumentou seu capital? Ora, vimos que ser empresário é basicamente deter o controle dos bens de produção e não do capital. Não se pode, portanto, confundir o aumento dos meios de pagamento com o capital, pois este é o que promove o aumento da riqueza. Aliás, a confusão maior aqui é, desse modo,

associar capital com meios de pagamento, pois o capital é a alavanca ou agente que facilita a saída de um meio de produção para outro inovador e, por conseguinte, melhor e mais rentável. Todo capital é meio de pagamento, mas este nem sempre é capital. Daí que:

Se os meios de pagamento não servem para prover um empresário de bens de produção e retirar estes últimos de seu emprego anterior com esse propósito, então eles não são capital. Num sistema econômico sem desenvolvimento não há, portanto, nenhum “capital”; ou exprimindo de outra maneira, o capital não cumpre a sua função característica, não é um agente independente. Ou, dito em outras palavras, as várias formas de poder de compra em geral não constituem capital nesse ponto; são simplesmente meios de troca, meios técnicos para a realização de trocas habituais... Na realização de novas combinações, contudo, o dinheiro e seus substitutos tornam-se um fator essencial e exprimimos isso ao descrevê-los como capital. Assim, de acordo com nosso ponto de vista, o capital é um conceito do desenvolvimento ao qual nada corresponde no fluxo circular (TDE, p. 83).

O capital é, então, o agente que promove a independência em relação aos modos hipostasiados de produção; ele é, portanto, crucial para o desenvolvimento econômico ao facilitar ao empresário possuir poder sobre os bens de produção cuja nova combinação, em última instância, não mais se enquadra no fluxo circular já dado. O capital resulta obviamente da soma dos meios de pagamento, mas só cumpre sua função quando se separa dela, ou seja, quando se singulariza na ação criadora. Por isso, como não há arte em geral, isto é, a arte se expressa sempre na obra do artista singular, tampouco há capital social; o capital é, portanto, sempre privado, isto é, vincula-se à habilidade do empresário de romper com os velhos esquemas produtivos e distributivos e, por meio da destruição criativa, inaugurar novos canais de enriquecimento.

Ora, como vimos, mesmo reconhecendo que o desenvolvimento da sociedade moderna e industrial, seja capitalista ou socialista, está alicerçado na realização de novas combinações, o foco de Schumpeter recai sobre o regime econômico da troca, isto é, na economia de mercado. Essa economia caracteriza-se por mercado de serviços, de bens de consumo e, principalmente, por aquele que perpassa a vida de todos os consumidores, agentes e principalmente dos homens de negócios e empresários: o mercado de capital ou o mercado monetário, o qual está incrustado no âmago do fluxo circular. Vimos, porém, que o relevante é a direção desenvolvimentista do fluxo monetário e que, para tanto, os novos empreendimentos devem ter preferencialmente créditos de longo prazo, o que, aliás, nem sempre é fácil, pois numa economia em desenvolvimento as relações de troca estão submetidas às flutuações e instabilidades que vão desde as intervenções do Estado, as relações internacionais, a inflação,

taxa de câmbio e de juros, as crises políticas e os desastres naturais, o que faz com que as expectativas futuras estejam constantemente sendo revistas, o que, aliás, explica a abundância de crédito de curto prazo no mercado monetário. Schumpeter realça que o mercado monetário é o quartel-general do sistema capitalista, pois é nele que tudo, em última instância, pode ser decidido. Schumpeter, no entanto, não abre mão da sua tese básica, ou seja, de que a função do mercado monetário confunde-se com a função do capital, que basicamente é a de financiar e, por conseguinte, alavancar o desenvolvimento, mas isso porque o desenvolvimento é o verdadeiro criador e alimentador desse mercado.

Ou seja, não se contorna o fluxo circular até porque tudo provém dos serviços do trabalho e da terra. Não há vazios no fluxo circular e, portanto, tal como em Keynes, não se poupa para depois desenvolver, pois só se pode poupar a riqueza. O que o poupador retém, em suma, não provém da abstinência, pois poupar é um dos modos de lidar com os bens que já estão disponíveis, ou seja, estagnação. Com isso, entende-se que não se pode saltar fora do fluxo circular, embora este, pela função do capital, esteja sempre assumindo novas configurações e, portanto, o desenvolvimento. No capitalismo, contudo, só há desenvolvimento se há lucro e, nos termos schumpeterianos, este é basicamente o lucro empresarial.